



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DJALBA JOAQUIM DOS SANTOS

**ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO E DO LABORATÓRIO DE
ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PARA
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Maceió

2025

DJALBA JOAQUIM DOS SANTOS

**ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO E DO LABORATÓRIO DE
ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PARA
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Comunicação e desenvolvimento no campo informacional.

Linha de Pesquisa: Informação, comunicação e processos informacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Nelma Camelo Araujo

Maceió
2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Cláudio Albuquerque Reis – CRB-4 – 1753

S237e Santos, Djalba Joaquim dos.
Estudo sobre a atuação do núcleo e do laboratório de acessibilidade da
Universidade Federal de Alagoas para inclusão de pessoas com deficiência / Djalba
Joaquim dos Santos. – 2025.
75 f. ; il.

Orientadora: Nelma Camelo Araújo.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação. Maceió, 2025.

Bibliografia. f. 63-69.

Apêndice. f. 70

Anexo. f. 71-75

1. Ciência da informação. 2. Pessoas com deficiência. 3. Deficiências. I. Título.

CDU: 002:364.262-056.26

DJALBA JOAQUIM DOS SANTOS

**ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO E DO LABORATÓRIO DE
ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PARA
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Ciência da Informação do Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação da
Universidade Federal de Maceió, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação. Linha de pesquisa:
Informação, Comunicação e Processos
Tecnológicos.

Aprovado em: 30 /03/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



NELMA CAMELO DE ARAUJO
Data: 24/04/2025 13:57:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Nelma Camelo Araujo (PPGCI/Ufal)
(Orientadora/Presidente)

Documento assinado digitalmente



MARIA CRISTIANE BARBOSA GALVAO
Data: 22/04/2025 07:55:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Cristiane Barbosa Galvão (PPGCI/UFSCar)
(Membro Titular Externo)

Documento assinado digitalmente



WILLIAN LIMA MELO
Data: 24/04/2025 12:39:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Willian Lima Melo (PPGCI/Ufal)
(Membro Titular Interno)

Documento assinado digitalmente



VIRGINIA BENTES PINTO
Data: 24/04/2025 10:08:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Virginia Bentes Pinto (PPGCI/UFPB)
(Examinadora Suplente Externa)

Ao Núcleo e ao Laboratório de
Acessibilidade (NAC/LAC) da Ufal,
minha admiração acadêmica;

Aos meus familiares, meu amor e
agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado saúde, força e perseverança para alcançar meus objetivos;

Aos meus pais, José Joaquim dos Santos (*in memoriam*) e Maria José Leite dos Santos, pessoas de origem humilde, de pouca instrução escolar e de caráter espetacular, que conseguiram transmitir, a mim e às minhas duas irmãs, valores morais, educação e determinação para lutarmos pelos nossos ideais;

Aos meus familiares, irmãs, sobrinhos, que tanto amor tem me dedicado e que são meu porto seguro, minha inspiração e razão de viver;

A todos os meus colegas e amigos que conquistei ao longo da vida pessoal e acadêmica;

À Profa. Dra. Nelma Camelo Araujo, em especial, por sua dedicação, disponibilidade integral e sua paciência durante todo processo de orientação;

Aos docentes do PPGCI/Ufal, especialmente aos que foram meus professores e contribuíram para a minha formação;

À Profa. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota, grande incentivadora da minha jornada acadêmica, sempre acreditando nos discentes e nos estimulando a crescer cada vez mais, a quem dedico meu enorme carinho;

Aos professores da banca examinadora, Profa. Dra. Maria Cristiane Barbosa Galvão (PPGCI/UFSCar), Prof. Dr. Willian Lima Melo (PPGCI/Ufal), Profa. Dra. Virginia Bentes Pinto (PPGCI/UFPB) e Profa. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota (PPGCI/Ufal), pela contribuição e pelo importante diálogo;

Por fim, meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), por incentivar e acreditar no nosso potencial de pesquisadores, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Alagoas.

RESUMO

Os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão surgiram com a finalidade de reorganizar, coordenar e executar ações que assegurem a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, em atividades profissionais, acadêmicas, culturais, entre outras. Partindo do princípio da igualdade social, esta pesquisa teve como questão-problema a seguinte indagação: quais são as ações de comunicação e informação desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade (NAC) e pelo Laboratório de Acessibilidade (LAC) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) para promover a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no sistema pedagógico dessa universidade? Doravante, delineou como objetivo geral: caracterizar as ações metodológicas de comunicação e informação quanto à inclusão de PcD no projeto pedagógico da Ufal; e como objetivos específicos: 1) identificar as ações adotadas pelo NAC e LAC para inclusão dos alunos nos âmbitos informacionais e de comunicação; 2) identificar as barreiras existentes no processo de inclusão e humanização da pessoa com deficiência; e 3) analisar a presença e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no NAC e no LAC. A abordagem de pesquisa adotada foi qualitativa, de natureza descritiva, com caráter exploratório, e como instrumento de coleta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelos setores (NAC e LAC), visitas de campo e pesquisas documentais simultâneas à revisão bibliográfica, com vistas a garantir maior veracidade dos fatos pesquisados e credibilidade aos resultados obtidos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Ufal), sob o nº 79015724.1.0000.5013, do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE). Foram entrevistados ao todo três pessoas, dentre elas, todos os participantes responderam a entrevista por completo. Os resultados da pesquisa apontam que existe o esforço da universidade em construir um ambiente de atendimento às PcD matriculadas atualmente e às futuras oferecendo infraestrutura adequada, mobiliário, espaço físico e tecnologias de acesso à informação organizadas no NAC e no LAC. Percebeu-se que, embora os resultados da investigação tenham apontado que, de certa forma, existe uma necessidade de melhorar a infraestrutura tanto para o NAC quanto para o LAC, faz-se necessário que novos investimentos sejam realizados, em especial no que tange ao corpo técnico, para um melhor atendimento nesses setores.

Palavras-chave: inclusão; acessibilidade; deficiência; núcleo de acessibilidade; laboratório de acessibilidade; pessoa com deficiência (PcD).

ABSTRACT

The Accessibility and Inclusion Centers were created with the purpose of reorganizing, coordinating and executing actions that ensure the inclusion of people with disabilities in society, in professional, academic and cultural activities, among others. Based on the principle of social equality, this research had the following question as a problem-question: what are the communication and information actions developed by the Accessibility Center (NAC) and the Accessibility Laboratory (LAC) of the Federal University of Alagoas (Ufal) to promote the inclusion of people with disabilities (PwD) in the pedagogical system of this university? Henceforth, it outlined as a general objective: to characterize the methodological actions of communication and information regarding the inclusion of PwD in the pedagogical project of Ufal; and as specific objectives: 1) to identify the actions adopted by the NAC and LAC for the inclusion of students in the informational and communication areas; 2) to identify the existing barriers in the process of inclusion and humanization of people with disabilities; and 3) to analyze the presence and use of Information and Communication Technologies (ICT) in the NAC and LAC. The research approach adopted was qualitative, descriptive in nature, and exploratory. As a collection instrument, semi-structured interviews were conducted with those responsible for the sectors (NAC and LAC), field visits and documentary research simultaneously with the bibliographic review, with a view to ensuring greater veracity of the facts researched and credibility of the results obtained. The project was approved by the Research Ethics Committee (CEP/Ufal), under No. 79015724.1.0000.5013, of the Certificate of Presentation of Ethical Assessment (CAAE). A total of three people were interviewed, of which all participants responded to the interview in full. The results of the research indicate that the university is making an effort to build an environment to serve currently enrolled and future PwD, offering adequate infrastructure, furniture, physical space and information access technologies organized in the NAC and LAC. It was noted that, although the results of the investigation indicated that, in a certain way, there is a need to improve the infrastructure for both the NAC and the LAC, it is necessary that new investments be made, especially with regard to the technical staff, to provide better service in these sectors.

Keywords: inclusion; accessibility; disability; accessibility center; accessibility laboratory; person with disabilities (PwD).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	<i>Artificial intelligence</i>
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC	Biblioteca Central
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAA	Comunicação Aumentativa e Alternativa
CEDU	Centro de Educação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIC	Centro de Interesse Comunitário
CID	Centro de Inclusão Digital
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSUNI	Conselho Universitário
COPEVE	Comissão Permanente de Vestibular
EBBC	Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cenciometria
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia
IES	Instituições de ensino superior
IFES	Instituições federais de ensino superior
IN	Instrução Normativa
FALE	Faculdade de Letras
LAC	Laboratório de Acessibilidade
LGBTTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NAC	Núcleo de acessibilidade
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
NE	Necessidades Especiais
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OCR	Optical Character Recognition
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com deficiência
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROEST	Pró-Reitoria Estudantil
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
RAVI	Repositório Acessível para pessoas com Deficiência Visual
REBECA	Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados para Pessoas com Deficiência Visual
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
SINFRA	Superintendência de Infraestrutura
SINPETE	Semana institucional de pesquisa, tecnologia e inovação na educação básica
SNE	Sistema Nacional de Educação
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TA	Tecnologia Assistida
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TEA	Sala de Apoio Thiago Alves Cerqueira D´Almeida
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVO GERAL.....	12
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
2	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDS)	16
2.1	PRECONCEITO, DEFINIÇÕES – DENOMINAÇÕES ÀS PCDS.....	17
2.1.1	Quem pode ser considerada uma PcD?	18
3	ACESSIBILIDADE EM UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	24
4	METODOLOGIA	38
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA	41
5	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
5.1	RESULTADO DAS ENTREVISTAS	46
5.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	56
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE.....	70
	Apêndice A – Roteiro de entrevista.....	70
	ANEXO.....	71
	Anexo A – Parecer consubstanciado do CEP	71

1 INTRODUÇÃO

A política educacional contemporânea no contexto brasileiro preconiza a garantia de um sistema educacional inclusivo para todos os níveis de ensino. Nesse sentido, surgem, no âmbito universitário, os núcleos de acessibilidade ou coordenadorias de acessibilidade.

Para Gonçalves (2017), os núcleos de acessibilidade, também chamados de coordenadorias de acessibilidade, são setores ainda recentes nas universidades e seu avanço vem ocorrendo nas últimas décadas em virtude das legislações voltadas para essa questão, das quais destacamos as seguintes: a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, um documento elaborado por professores universitários brasileiros que compuseram o Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial, “nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007” (MEC, 2008); o Decreto nº 7.611, de 11 de novembro de 2011, que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências” (Brasil, 2011); a Lei nº 13.146/2015, 06 de julho de 2015, “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)” (Brasil, 2015); a lei de cotas para as pessoas com deficiência (PcDs) nos cursos de ensino técnico (nível médio) e superior, Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que “altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino”; e a nova Lei de Cotas, Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que:

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública (Brasil, 2023).

Ao longo deste século XXI, houve uma explosão informacional, com inúmeros avanços em ciência e tecnologia no auxílio à inclusão da PcD a fim de possibilitar mais autonomia em suas tarefas cotidianas e acadêmicas. Em contrapartida, essas pessoas ainda encontram barreiras pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e de informação, que inviabilizam suas tomadas de decisão com independência.

[...] a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantenham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana (Sasaki, 2005, p. 21).

É primordial promover a inclusão dos indivíduos com deficiências: sensorial (visual e auditiva); cognitiva, neuronal ou de aprendizagem (distúrbios e transtornos de aprendizagem, superdotação); física (neuromotora); e múltiplas (duas ou mais deficiências primárias), seja no espaço físico, seja no universo digital, bem como proporcionar o acesso às tecnologias da informação e comunicação, de forma mais independente aos computadores, à internet e, enfim, às tecnologias de forma geral. De modo a proporcionar, assim, maior autonomia às PcDs ingressantes em instituições de nível superior para o acesso e a compreensão da informação, bem como da comunicação no uso dos materiais didáticos em geral, ao longo de seu curso.

Nesse sentido, os Núcleos de Acessibilidade das instituições têm um papel de suma importância na adaptação dos materiais disponibilizados e adotados pelas disciplinas dos cursos de nível superior, proporcionando ao discente com deficiência melhor acessibilidade e possível entendimento em informação e comunicação, principalmente no que diz respeito aos materiais de estudos.

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), com o objetivo de fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas instituições federais de ensino superior (Ifes), as quais são responsáveis pela implementação de ações institucionais voltadas ao desenvolvimento da inclusão de pessoas com deficiência em sua trajetória acadêmica, de modo a eliminar barreiras pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e de informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), localizada na região Nordeste do Brasil, apresentou candidatura aos editais do Programa INCLUIR, desde o primeiro, sendo contemplada em todos os anos. Porém, no ano de 2012, o Programa INCLUIR alterou seu caráter e passou a ser uma ação universalizada para todas as instituições federais de ensino, então, diante deste fato, a universidade criou o Núcleo de

Acessibilidade (NAC), em 2013.

Segundo o Documento Orientador do Programa INCLUIR (Brasil, 2013), PcD são pessoas que têm alguma impossibilidade de natureza física, sensorial e intelectual, as quais em convívio com as barreiras existentes dificultarão sua participação em igualdade de direitos com os demais indivíduos da sociedade.

Partindo do princípio da igualdade, apontado nos documentos de governo e demais instituições na área da educação e assistência social, questiona-se: que ações de comunicação e informação desenvolvidas pelo NAC e LAC devem ser implementadas para promover a inclusão de pessoas com deficiência no sistema pedagógico de uma universidade da região Nordeste do Brasil?

Assim, com o intuito de alcançarmos nossas metas e responder à questão-problema da pesquisa, traçamos os seguintes objetivos: geral e específicos.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar as ações metodológicas de comunicação e informação, quanto à inclusão da PcD no projeto pedagógico da Ufal.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as ações adotadas pelo NAC e LAC para inclusão dos alunos nos âmbitos informacionais e de comunicação;
- identificar as barreiras existentes no processo de inclusão e humanização da pessoa com deficiência na Ufal;
- analisar a presença e utilização das TIC no NAC e LAC.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática se manifestou a partir das atividades do autor como bolsista do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas (NAC/Ufal), no período de 2020 ao final de 2021, após aprovação em um processo seletivo para novos bolsistas que atuariam no atendimento a discentes e docentes com deficiência, na orientação aos docentes e na adaptação de materiais, com o objetivo de

proporcionar uma melhor mediação entre a informação e a comunicação dos conteúdos ministrados nas aulas. Essa atuação também se deu no Laboratório de Acessibilidade da Ufal (LAC/Ufal), tendo em vista que os dois setores trabalham em conjunto no atendimento à pessoa com deficiência.

Essa experiência acadêmica despertou o interesse em investigar cientificamente as ações de comunicação e informação desenvolvidas por esses setores. Isso ocorreu após vivenciar as dificuldades e barreiras enfrentadas pela equipe, que, por vezes, partiam da falta de entendimento e compreensão dos usuários quanto à informação que lhes era transmitida e à dificuldade em se estabelecer uma comunicação em que todos pudessem se manifestar e ser compreendidos. A temática possui fundamental relevância, reconhecida pela própria universidade, que tem como papel social atender à necessidade de novas políticas inclusivas.

No período de 15 a 19 de abril de 2024, durante o período de matrícula, a Pró-Reitoria Estudantil (Proest/Ufal), juntamente com o NAC e o LAC da Ufal, lançou uma pesquisa com o intuito de identificar discentes pais, discentes mães e PcDs, no intuito de contribuir para o desenvolvimento de políticas institucionais inclusivas nesta Universidade.

A pesquisa foi elaborada para ser respondida de forma simples e rápida, de modo a fundamentar as ações futuras que a Proest/Ufal intentava realizar, a partir da obtenção de um diagnóstico do quantitativo de discentes que são pais, mães e as pessoas com deficiência (PcDs) como discentes. Tal pesquisa foi feita por meio de um questionário *online*, com o objetivo de proporcionar a agilidade no levantamento dos dados para definir políticas institucionais inclusivas voltada ao segmento estudantil na universidade. Com respostas simples do tipo “sim” ou “não” na primeira pergunta, questiona-se se o estudante é pai ou se a estudante é mãe. Enquanto a segunda, questiona se o aluno possui alguma deficiência.

O pró-reitor estudantil em exercício nesse período, Prof. Dr. Alexandre Lima Marques da Silva, afirmou que o instrumento adotado foi relevante para se tomar conhecimento da existência de “alunos e alunas que são pais e mães e os que possuem alguma deficiência” (Ufal, 2024), ressaltando que a participação de todos é essencial para um melhor atendimento às necessidades da comunidade acadêmica.

Após a identificação dessas situações, dois novos formulários mais completos

foram aplicados sobre a temática, com destaque à parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), responsável por inserir as perguntas do questionário no fluxo de matrícula da universidade.

Com vistas a contribuir para as ações já implementadas pelo NAC e LAC e as que ainda estão por vir – diante das necessidades e do mapeamento realizado pela instituição–, foi proposta esta pesquisa que se insere no campo da Ciência da Informação e integra o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Ufal (PPGCI/Ufal), área de concentração em Informação, Tecnologia e Inovação, na linha de pesquisa Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos. Nesse contexto compreende-se que a informação e a comunicação abrem novas perspectivas à sociedade futurista, ou seja, uma sociedade que investiga e vivencia as tendências e os comportamentos que moldarão, através das novas tecnologias e do avanço da *Artificial Intelligence (AI)*, a sociedade em um futuro próximo. Isso porque a informação, uma vez produzida, circula instantaneamente, sendo recebida pelo indivíduo, tratada, agrupada em parâmetros lógicos, científicos e transformada por cada ser humano em conhecimento pessoal, aumentando sua compreensão, sabedoria e valores diante da sociedade.

Como colaboração para a sociedade, as tecnologias da informação e da comunicação proporcionam ao indivíduo, seja ele PcD ou não, o acesso a milhares de informações e complexas conexões – num processo educativo – que servem como elementos de aprendizagem, espaços de socialização e geração de saberes e conhecimentos científicos.

Em busca de melhor distribuição e compartilhamento do conhecimento, a Ufal, mediante iniciativa do NAC e da Proest, em parceria com o Sistema de Bibliotecas da Ufal (Sibi/Ufal), implantaram a Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados para Pessoas com Deficiência Visual (Rebeca). Essa parceria, visa a cooperação entre as instituições públicas de ensino superior a fim de disponibilizar materiais informacionais, como documentos adaptados em bibliotecas digitais, e reunir, em um único ambiente, acervo expressivo de materiais acadêmicos que contemplem requisitos de acessibilidade de acordo a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, estimulando a possibilidade de acesso efetivo de informações.

Para Melo et al. (2022):

A Rede Rebeca é uma resposta à legislação brasileira e internacional pelo acesso à informação, tendo nas ações cooperativas em rede a possibilidade de maximizar seus recursos, acervos e ampliar o conhecimento científico sobre a produção de conteúdo em formato acessível no ambiente acadêmico (Melo et al., 2022, p. 6).

Essa iniciativa surgiu a partir de um grupo de bibliotecárias, em conjunto com a equipe de Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) proporcionam aos indivíduos, sejam PcDs ou não, o acesso a milhares de informações e complexas interações, com a finalidade de atuarem como espaços de construção de saberes culturais, artísticos, científicos, entre outros, além das possíveis redes de socialização. Tal fato chamou atenção deste trabalho, que se empenhou em identificar as ações de inclusão dos alunos nos âmbitos informacionais e de comunicação adotadas pelo NAC e LAC na universidade; identificar as barreiras existentes nessas ações para promover a inclusão; e analisar a existência e a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nesses setores. Para tanto, as ferramentas de informação foram utilizadas como uma forma de auxílio na aquisição do conhecimento e da comunicação.

Quanto à organização deste trabalho, dá-se em seis seções. A seção 1 é esta, introdutória, com a apresentação do tema da pesquisa, da questão-problema, dos objetivos (geral e específicos) e a justificativa para a sua realização. As seções 2 e 3 expõem as contribuições bibliográficas adotadas nesta pesquisa a partir de um referencial teórico sobre as pessoas com deficiência, legislação e ações implementadas nas Universidades Federais, a partir do Programa INCLUIR. Na seção 4, são abordadas as questões metodológicas do trabalho, através dos procedimentos adotados para alcançar os objetivos propostos e responder à questão-problema lançada no início desse processo de investigação científica. A seção 5, descreve o levantamento dos dados da pesquisa – empíricos e bibliográficos –, juntamente com a análise desses dados. Para concluir a parte textual, na seção 6 são traçadas as considerações finais, com base nos resultados, nos objetivos traçados e na resposta à questão-problema.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcDs)

Tratar sobre a temática deficiência, exige, que compreendamos a origem desse termo, pois, no cotidiano ele pode representar várias nuances, como por exemplo, dificuldades físicas, mentais, sensoriais, psicológicas, ou ainda, expressar falhas em um jogo, "problema", um insulto a uma pessoa, dentre outros. Porém, no âmbito desta pesquisa buscamos entender a sua origem.

No Disability History Museum (DHM), encontramos que a origem da palavra deficiente vem do jogo inglês "hand in cap" (século XVII), traduzido como "mão no chapéu". Mais tarde, já no final do século XIX, passa a "ser aplicado a pessoas com deficiência, e sempre aparecia na expressão "deficiente na corrida pela vida" ou pela existência (DHM, n.p, documento online)

Pessoa com deficiência, nomenclatura para a qual se adota a sigla PcD, é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com o que afirma a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948), em seus dois primeiros artigos, os princípios que até os dias de hoje sustentam a ideia de direitos humanos são: liberdade, igualdade, fraternidade e diversidade. O art. 1º afirma que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; e o art. 2º diz que todos têm capacidade de gozar seus direitos e as liberdades que se estabelecem na Declaração, sem distinção de quaisquer espécies (cor, raça, sexo, língua, religião, opinião política, nacionalidade, natureza social ou qualquer outra condição). Por serem universais, esses direitos são aplicados a todos os homens e a todas as mulheres. São interdependentes e indivisíveis.

A inclusão da pessoa com deficiência tornou-se um interesse coletivo mundial e, por isso, países estrangeiros passaram a dar maior enfoque a essa problemática. Aproximando-se de nossa realidade, esta pesquisa tem foco, exclusivamente, nos processos de inclusão dentro da Universidade Federal de Alagoas, no Brasil. Contudo, não se descarta um estudo mais amplo, envolvendo a inclusão nas universidades de outros estados brasileiros, podendo até se estender a outros países.

2.1 PRECONCEITO, DEFINIÇÕES – DENOMINAÇÕES ÀS PCDS

Diversas são as denominações alusivas à pessoa com deficiência, sendo a maioria delas incorreta e ofensiva, enquanto outras são de caráter mais apropriado. Não se deve usar, ao se referir a uma PcD, expressões como: “aleijado”, “débil mental”, “doente mental”, “mongolóide”, “capenga”, “coxo”, “surdo-mudo”, ou diminutivos como “ceguinho” ou “mudinho”, entre outras denominações do gênero, que depreciem e inferiorizem a PcD. Esses termos eram utilizados com frequência até a década de 1980. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começou-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão “pessoa deficiente”. Portanto, deve-se evitar o uso de termos como “deficiente” ou “portador de deficiência”, e adotar o uso de “pessoa com deficiência”.

Deve-se evitar chamar uma pessoa com deficiência física quando se tratar de uma pessoa cega ou com baixa visão – ela é uma pessoa com deficiência visual –, ou de uma pessoa surda – ela possui deficiência auditiva –, ou de uma pessoa com síndrome de *Down* – ela possui deficiência mental.

Essas denominações sempre foram alvo de grandes debates no transcorrer das últimas décadas, provocando diversas interpretações. Oficialmente, na legislação brasileira, utilizava-se a expressão “pessoa portadora de deficiência”, mas esse termo caiu em desuso, sendo substituído pela expressão “Pessoa com Deficiência”, pois ninguém porta deficiências, e sim objetos.

As PcDs têm habilidades únicas e contribuições valiosas a oferecer à sociedade. Por conseguinte, torna-se muito importante promover a inclusão e a acessibilidade em todas as áreas, para garantir que todos tenham oportunidades iguais.

Em pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2022, estima-se que, no Brasil, existem 18,6 milhões de pessoas com deficiência. A população com deficiência foi estimada em pesquisa com pessoas de faixa etária de dois anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária.

Gomes (2021) relata que as PcDs enfrentam, diariamente, diversas barreiras e inúmeros desafios para se adequarem a uma sociedade projetada anteriormente de

forma não pensada e nem adaptada para a inclusão das PcDs na sociedade. Algumas de suas principais dificuldades são:

- falta de acesso à informação inclusiva;
- falta de acesso físico e digital;
- preconceito e discriminação;
- acesso à educação;
- alta taxa de desemprego;
- estigma social;
- pouco acesso a tecnologias assistivas;
- políticas não adequadas às necessidades específicas.

2.1.1 Quem pode ser considerada uma PcD?

De acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, ele consolida as normas de proteção, e dá outras providências (Brasil, 1999) e reafirma o Decreto-Lei nº 5.296, 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências (Brasil, 2000), e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (Brasil, 2000), na qual ainda considera “pessoa portadora de deficiência”, a que se enquadra em uma das seguintes categorias:

a) Deficiências físicas, categorizadas da seguinte forma:

- **Paraplegia:** perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- **Paraparesia:** perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- **Monoplegia:** perda total das funções de um só membro inferior ou superior;
- **Monoparesia:** perda parcial das funções de um só membro inferior ou superior;
- **Tetraplegia:** perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores;
- **Tetraparesia:** perda parcial das funções motoras dos membros

superiores e inferiores;

- **Triplegia:** perda total das funções motoras de três membros;
- **Triparesia:** perda parcial das funções motoras de três membros;
- **Hemiplegia:** perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo;
- **Hemiparesia:** perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo;
- **Amputação:** perda total de um determinado segmento de um ou mais membros;

b) **Paralisia cerebral:** lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central;

c) **Deficiência mental:** refere-se a padrões intelectuais reduzidos com manifestação antes dos dezoito anos;

d) **Deficiência visual:** acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho;

e) **Deficiência auditiva:** perda total ou parcial das possibilidades auditivas sonoras.

De acordo com o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-V), na versão para profissionais da saúde (Sulkes, 2018, p.1):

Deficiência intelectual é considerada um distúrbio do desenvolvimento neurológico. Distúrbios de neurodesenvolvimento condições neurológicas que aparecem precocemente na infância, geralmente antes da idade escolar e prejudicam o desenvolvimento do funcionamento pessoal, social, acadêmico e/ou profissional. Normalmente envolvem dificuldades na aquisição, retenção ou aplicação de habilidades ou conjuntos de informações específicas. [...] podem envolver disfunções em um ou mais dos seguintes: atenção, memória, percepção, linguagem, resolução de problemas ou interação social.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 3º, explica que existe diferença em deficiência e incapacidade:

I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para ser humano;

II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida

(Brasil, 1999).

Por seu lado, a legislação relacionada às pessoas com deficiência varia de país para país, mas, geralmente, elas têm o objetivo de garantir direitos básicos como acessibilidade, igualdade de oportunidades e proteção contra discriminação.

Schneider (2009) diz o “conceito de acessibilidade é usado no sentido de identificar uma situação de uso pleno, seguro e independente do espaço construído” (Schneider, 2009). Alguns exemplos incluem a Lei de Acessibilidade, como exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015), entre outras leis, como um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando à inclusão social e cidadania.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece direitos e garantias às pessoas com deficiência, visando promover à inclusão social, igualdade de oportunidades, autonomia e ao exercício pleno da cidadania. A lei aborda diversos aspectos, como educação inclusiva, acessibilidade, proteção contra discriminação, direitos trabalhistas, entre outros. É uma importante legislação que busca promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

No capítulo II, arts. 4º, 5º, 6º e 7º, a lei trata da igualdade e da não discriminação (Brasil, 2015), e determina:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;
 II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;
 III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
 IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
 V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e
 VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis (Brasil, 2015).

Em seu art. 8º, a Lei nº 13.146/2015, determina que:

[...] é dever do Estado, da sociedade e também da família garantir a proteção e a segurança das PcDs, dando-lhes prioridade à efetivação de seus direitos concernente à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, assim como garantir alimentação, habitação, educação, profissionalização, trabalho, previdência social, tratamentos pertinentes à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto e ao turismo, bem como promover lazer, assegurar seus direitos quanto à informação, à comunicação e aos respectivos avanços científicos e tecnológicos, a fim de garantir a dignidade e o respeito, a liberdade, a convivência familiar e a convivência comunitária, entre outros, decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e outras normas que garantam o bem-estar pessoal, social e econômico da pessoa com deficiência. Desse modo, o art. 8º estabelece um amplo conjunto de direitos e deveres para garantir a inclusão e igualdade de oportunidades para PcDs, abrangendo diversos aspectos da vida cotidiana e da participação na sociedade.

No Brasil, milhares de pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou de necessidade específica estão sendo discriminadas, principalmente nas comunidades em que vivem, apesar dos avanços legais e sociais ocorridos nas últimas décadas. Entretanto, destacam-se alguns aspectos relacionados às discriminações enfrentadas pelos PcDs: **na acessibilidade**: alguns locais públicos e privados não possuem adequações acessíveis à PcD; **no mercado de trabalho**: por serem subestimadas quanto à sua capacidade e enfrentamento de dificuldades e o não reconhecimento de suas conquistas; **na educação**: no tocante à qualidade de ensino e preparação por parte dos profissionais para melhor atendê-los, algumas vezes, por falta de recursos financeiros e pouco estímulo em cursos de formação profissional; **nas legislações e**

nas políticas públicas: mesmo com a existência de leis e políticas de inclusão social, a falta de fiscalização compromete suas implantações adequadamente.

Os objetivos das leis de acessibilidade para as PcDs são: combater a discriminação contra a PcD é dever de todos nós através da educação e da promoção da diversidade e igualdade, promovendo a conscientização da inclusão e das dificuldades por ela enfrentada; lutar para fortalecer a implementação de leis existentes e de novas leis que venham beneficiar e aumentar a autonomia da pessoa com deficiência; investir em todos os setores da sociedade a fim de garantir a inclusão e a acessibilidade.

No art. 203, incs. I-VI, da Constituição Federal de 1988, é estabelecida a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e às pessoas com deficiência, independentemente de contribuição à seguridade social. E também é assegurado, aos dois últimos segmentos, um benefício mensal de um salário mínimo, caso não tenham condições de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por suas famílias.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), criado em 1º de junho de 1999, através do Decreto nº 3.076/1999 (Brasil, 1999), é um órgão que acompanha e avalia o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidas a esse grupo social.

O Conade tem por finalidade monitorar e avaliar as políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. É composto, paritariamente, por representantes da sociedade civil e do poder público. Os representantes do poder público são membros de diversos órgãos variados do governo federal e de representantes de conselhos estaduais e municipais.

Vale destacar a responsabilidade do Conade em aprovar os planos e os programas da administração pública federal, direta e indireta, bem como monitorar a implantação da Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência; acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais relativas à PcD; acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária; e acompanhar o desempenho dos programas e projetos da política nacional.

Podemos definir, de acordo com o contexto histórico e as leis criadas a esse respeito, que a cidadania se trata da condição de pertencer a uma comunidade política, associada aos seus direitos e às responsabilidades constituídas dessa pertença. Geralmente, implica a participação ativa na vida política, mantendo respeito às leis e contribuindo para o bem-estar da sociedade. Quanto à cidadania, ela é variável em sua extensão e natureza a depender do país e do seu contexto cultural, no entanto, ela inclui direitos civis, políticos e sociais, tais como: a liberdade de expressão, o direito ao voto, o acesso à educação e à saúde, entre outros. Ser um cidadão implica tanto em seus benefícios quanto em seus deveres com a sociedade em que se vive.

Tal princípio da cidadania, conduziu, especialmente, a partir da década de 1970, uma estruturação dos movimentos da juventude, das pessoas negras, das mulheres, de indígenas, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais (LGBTTQIA+), de pessoas com deficiência, de trabalhadores e outros movimentos. Todos eles e elas passaram a se expressar, a reivindicar e a definir seus próprios direitos.

3 ACESSIBILIDADE EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

Um dos desafios da educação, na atualidade, é garantir a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior e assegurar que estes concluam seu curso com autonomia.

Desde o início da década de 2000, a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior vem obtendo maior crescimento e observância nas discussões acadêmicas, como também nas diretrizes políticas. Incomensuráveis iniciativas têm sido adotadas desde então a fim de ampliar os direitos educacionais e sociais da PcD, com transtornos globais de desenvolvimento e de altas habilidades e superdotação.

As universidades devem promover e garantir os direitos sociais e educacionais da comunidade PcD, como previsto na Educação Especial da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Com atitudes simples como dar atendimento preferencial à pessoa com deficiência; disponibilizar provas em formatos acessíveis à PcD, bem como assegurar recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, sendo previamente solicitados e escolhidos pelo discente ou docente; traduzir editais e retificações para o formato em Língua Brasileira de Sinais (Libras), para pessoas surdas, e em Braile para que as pessoas com deficiência visual possam ter acesso sem maiores dificuldades, mesmo havendo carência de profissionais especialistas como intérpretes, tradutores e instrutores de Libras e transcritores de Braile.

A universidade deve ampliar a acessibilidade ao ensino superior, porém, isso não vai depender apenas de mais investimentos financeiros, dependerá também de pesquisas que venham explorar o tema e seus efeitos perante às políticas de inclusão.

[...] educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e supera o modelo de equidade formal, passando a incidir para eliminar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. A partir destes pressupostos, modificam-se os conceitos, a legislação, as práticas educacionais e de gestão, para promover a reestruturação dos sistemas de ensino e acolher todos os alunos, independente de condição social, cultural, linguística, étnico-racial, de orientação sexual, de gênero, de característica física, intelectual ou emocional e outras (Dutra, 2008, p.28).

Nesse contexto, quanto à inclusão e ao atendimento a pessoas com deficiência, as universidades representam um papel crucial não somente em termos de acesso à educação, assim como em garantir que esses alunos PcDs tenham igualdade de oportunidades, participando da vida acadêmica em toda sua plenitude.

Em seu projeto institucional, a universidade tem por princípio incentivar o estudante a participar das atividades ofertadas por ela, juntamente com as outras não PcDs, desempenhando suas tarefas de acordo com suas possibilidades, respeitando sempre suas limitações. Essa participação efetiva proporcionará ao discente um sentimento de pertencimento social ao grupo ao qual está como aluno e, com isso, terá a garantia de uma melhor interação social.

Para Suaiden (2005), parte “[...] dos processos de inclusão social deve passar não só pela inclusão digital, mas também por uma revisão ética e política das metas científicas e tecnológicas do desenvolvimento sustentável no contexto da democracia”. Em 2005, através do Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT), afirma que a acessibilidade inclusiva digital e social tem representatividade acadêmica e científica na Ciência da Informação através do lançamento da revista semestral *Inclusão Social*, em 2005.

[...] As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (Brasil, 2013, p. 12).

Os núcleos de acessibilidade são órgãos responsáveis por elaborar e organizar ações institucionais que possam garantir o direito à inclusão de PcDs durante sua jornada acadêmica, eliminando as barreiras existentes, tais como as arquitetônicas, pedagógicas, de comunicação e informação, promovendo assim o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (Melo; Araújo, 2018).

Uma das atuações principais dos Núcleos de Acessibilidade consiste em promover ações que se referem à estrutura física, humana e técnica para a remoção de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, programáticas e atitudinais, isto é:

[...] os núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços ambientais, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição, como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão e ensino para inclusão educacional e social das pessoas com deficiência (Brasil, 2008).

Para que a acessibilidade alcance seu público-alvo com eficiência, as universidades devem empreender esforços na perspectiva de eliminar as barreiras que dificultam o desenvolvimento acadêmico da PcD. Para tanto, devem obedecer aos parâmetros e critérios preestabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 1940, sendo um órgão responsável pela normatização técnica no país, que estabelece normas técnicas regulamentadoras no Brasil, as NBRs.

Com a finalidade de garantir o acesso e a circulação de forma autônoma à PcD, foram criados critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados em projetos, construções, instalações e adaptações de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos pela ABNT.

A NBR 9050 é relativa à acessibilidade nas edificações, nos mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Serve como um manual da ABNT que contém um conjunto de normas técnicas para a acessibilidade da PcD. Trata-se de instrumento de consulta obrigatória para arquitetos e engenheiros que têm como preocupação fundamental a acessibilidade das pessoas com deficiências. Essa norma objetiva fixar padrões e critérios para proporcionar às PcDs as adequadas e seguras condições de acessibilidade autônoma. Os critérios de acessibilidade são analisados pela NBR 9050, de acordo com os seguintes itens:

- comunicação e sinalização;
- acesso e circulação;
- sanitários e vestiários;
- equipamentos urbanos;
- mobiliário.

A aplicabilidade das NBRs nas universidades também ocorre no contexto da

acessibilidade, segurança e qualidade na infraestrutura. Por exemplo, é possível citar aqui algumas dessas NBRs:

- **NBR 9050/2020** – trata da acessibilidade em edificações, estabelecendo parâmetros e critérios técnicos em projetos, construções e/ou adaptações de mobiliários, edifícios e espaços físicos a fim de assegurar a autonomia e a segurança da PcD na utilização das instalações universitárias;
- **NBR 9077/2021** – trata das saídas de emergência em edificações e estabelece requisitos para a segurança das pessoas em casos de incêndios;
- **NBR 5410/2004** – esta norma tem como objetivo manter a segurança de pessoas e animais, a preservação dos bens materiais e o funcionamento correto das instalações elétricas. Aplica-se em todos os tipos de edificações de baixa tensão, inclusive nas universidades;
- **NBR 15610-1/2011** – esta parte complementa as especificações para as ferramentas de acessibilidade *closed caption* e legendas do sistema brasileiro de televisão digital terrestre, além de prover orientações para sua implementação.

A aplicação das NBRs nas universidades é fundamental para garantir que suas instalações atendam aos padrões de qualidade, segurança e acessibilidade para toda comunidade acadêmica. Além dessas normas, podemos citar também a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que inclui a Libras no ensino público e particular do país.

Como exposto acima, há barreiras enfrentadas quanto à acessibilidade das pessoas com deficiência, em quaisquer ambientes explicitadas pelas NBRs abaixo:

➤ Barreiras arquitetônicas

A ABNT destaca que as barreiras arquitetônicas são entraves ou obstáculos que possam limitar ou até mesmo impedir que as PcDs tenham liberdade de movimento, de circular com segurança, e de que tenham acesso à comunicação e à informação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (Brasil, 2015).

Para Gil (2006), as principais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência são os preconceitos, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade, sabendo-se que estes foram criados a partir da concepção idealizada de uma pessoa que não possui nenhuma deficiência, o que, erroneamente, é considerada normal, do ser humano perfeito.

Dessa forma, barreiras arquitetônicas é todo e qualquer obstáculo construído no ambiente urbano, com destaque às edificações, impedindo ou dificultando a livre circulação, interna ou externa, das pessoas que possuem alguma incapacidade transitória ou permanente.

➤ Barreiras pedagógicas

Segundo Amaral (1998, p. 17), barreiras atitudinais “[...] são anteparos nas relações entre duas pessoas, onde [sic] uma tem uma predisposição desfavorável em relação à outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais”.

Essas barreiras incluem uma adequação na metodologia adotada nas aulas pelos docentes, incluindo técnicas e teorias a fim de garantir a aprendizagem de todos os discentes, independente de suas limitações físicas ou mentais.

A respeito dessa temática, Ribas (2007, p. 95) afirma que:

Professores que não tem o devido preparo não sabem avaliar características diferenciadas em alunos diferenciados. Aprendem e transmitem os conteúdos de suas disciplinas como se tivesse na sala de aula uma coletividade uniforme de alunos idênticos.

Para superar essa barreira nas universidades, é exigido o compromisso contínuo com a qualificação, formação profissional voltada para a inclusão de PcD, práticas pedagógicas que atendam às necessidades individuais de cada discente, envolvendo, nesse contexto, treinamentos de educadores e demais servidores e bolsistas, disponibilização de recursos, além de promover uma cultura pedagógica inclusiva e acolhedora.

➤ Barreiras comunicacionais

Os obstáculos comunicacionais referem-se a adequação de códigos e sinais às necessidades específicas, tais como a Libras para pessoas com deficiência auditiva, especialmente para as pessoas surdas, e o Braille, sistema de escrita e leitura tátil para pessoas com deficiência visual. Essas barreiras de comunicação e de acesso à informação trazem consequências irreparáveis para o processo de inclusão.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no seu art. 17, estabelece que:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldades de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (Brasil, 2000).

Tais barreiras impossibilitam um adequado e necessário processo de inserção à comunicação e à informação dos discentes com deficiência, uma vez que eles têm seus acessos limitados a determinados tipos de tecnologias utilizadas em aulas.

Entende-se essas barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação [...] (Santos; Tortato *et al.*, 2020, p. 505).

A Portaria do MEC nº 3.284, art. 2º, inc. III, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de PcDs, considera os seguintes requisitos mínimos de acessibilidade para alunos com deficiência auditiva:

- a) propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- d) proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade lingüística [sic] do portador de deficiência auditiva (Brasil, 2003).

Partindo do contexto educacional, tais barreiras podem afetar fortemente a transmissão do conhecimento, a interação entre alunos, professores e todos os outros membros da comunidade acadêmica, atrapalhando o processo de ensino e de aprendizagem bem como atravancar o acesso igualitário à educação para todos.

➤ Barreiras informacionais

Vivemos na era da Informação e de uma sociedade interativa, com acessos informacionais instantâneos, simultâneos e interligados, em que a informação se torna elemento básico na busca de desenvolvimento mais sustentável. Ela está, de fato, presente em todas as atribuições humanas, assumindo um grande *status* e importância na busca do conhecimento.

Consideremos como barreiras informacionais os obstáculos e impedimentos, os dificultam e/ou impedem uma comunicação compreensível entre as partes implicadas. Tais barreiras podem surgir em decorrência das diferenças culturais, linguísticas, perceptuais, contextuais etc.

Dessa forma, prejudicam as trocas de informações precisas e completas, acarretando mal-entendidos, ambiguidades, falta de clareza e até mesmo conflitos. É importante identificar e superar essas barreiras, para assim garantir uma comunicação eficaz e de compreensão mútua.

Acerca da comunicação da informação, notamos que existem informações cuja compreensão é incompatível quando essas ultrapassam a natureza, as limitações e as características de um determinado grupo, o que pode resultar na incompreensão da mensagem comunicada.

De acordo com o pensamento de Freire (1991, p. 52), “[o]s mediadores ou canais entre o comunicador original da mensagem e o receptor (usuário final) transformam os sinais e o sentido da mensagem original, transportando uma “nova” mensagem e assumindo, para o receptor, o papel de comunicador”.

Nesse contexto, com o intuito de romper essas barreiras para que a informação seja mais estratégica, notamos que ela precisa ser coerente e proveitosa, ou seja, precisa ser relevante para o planejamento estratégico e estar disponível em tempo real.

[...] uma mudança no enfoque gerencial, que passa da valorização da quantidade do conhecimento acumulado, para valorização da qualidade do aprendizado, ou ainda, do quanto se é capaz de se aprender através de informações diversificadas e contextualizadas e de se aplicar o conhecimento resultante do acesso/uso de tais informações, de forma flexível e adaptativa, nos cenários da Sociedade da Informação (Melo; Araújo, 2007, p. 187).

As barreiras contêm uma vasta classificação, dentre elas podem ser as barreiras ideológicas, terminológicas, linguística (dificuldade com uma outra língua diferente da sua natural), de capacidade de leitura, de consciência e conhecimento da informação. A mensagem a ser transmitida deve ser de forma direta, de modo a ser alcançada por seu receptor de forma imediata e clara.

➤ Barreiras Tecnológicas da Informação e Comunicação

As barreiras tecnológicas são aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

No âmbito da informação, há uma série de recursos tecnológicos integrados, os quais proporcionam novos conhecimentos e auxiliam os seus usuários, por meio das adaptações e funções sistematizadas, como os de *hardware*, *software* e telecomunicações, promovendo maior automação e facilitando na comunicação nos processos de adaptação e aprendizado, tais processos denominamos de TIC. Essa discussão sobre a utilização das TIC no espaço educacional deve ser focada na questão pedagógica do universo acadêmico.

Ainda existem muitas dificuldades na utilização das TIC, resultantes de um conhecimento ainda em formação, que se arrasta de forma lenta e precária a respeito

das características pedagógicas desses meios e das maneiras mais adequadas de introduzi-los, de maneira a superar os obstáculos quanto à operação dos sistemas pelos usuários iniciados e os não iniciados, são complexidades particulares a toda e qualquer situação nova vivida pelo ser humano, e é este o cenário atual em que vivemos, de discussão sobre as TIC e sobre as possibilidades e os entraves para uma boa utilização das TIC no processo pedagógico.

Os estudos sobre as barreiras tecnológicas dispõem de um forte direcionamento na área da educação de ensino superior. As universidades públicas são as principais fontes, buscando atualizações e cursos de formação tecnológicos e profissionais, enfatizando temas que envolvem ações de políticas afirmativas sobre educação inclusiva para os discentes com necessidades específicas, principalmente as que estão relacionadas ao processo de permanência dos estudantes nas universidades, bem como a acessibilidade de bibliotecas universitárias.

Na leitura do Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação (Conae), especialmente no que se trata da relação entre o Sistema Nacional de Educação (SNE) e as TIC, nota-se o incentivo à presença de práticas educacionais que promovam o desenvolvimento de “tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem, laboratórios de informática, pesquisa on-line e intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre instituições de ensino, pesquisa e extensão” (Conae, 2010, p. 32-33).

Há diversas ações de inclusão que podem ser realizados para promoção da igualdade de oportunidades e a participação ampla de PcDs e outros grupos minoritários. Essas ações podem incluir a adaptação de infraestrutura física com a realização de modificações nos ambientes, tornando-os mais acessíveis aos diferentes tipos de deficiências e necessidades, como rampas para cadeiras de rodas, corrimãos, sinalização tátil, entre outros.

Fazer uso de tecnologia assistiva (TA), ofertando dispositivos e tecnologias que possam auxiliar as PcDs a realizarem tarefas cotidianas, assim como participarem de diferentes atividades, como *softwares* de leitura de tela, próteses, óculos especiais, entre outros, realizando treinamentos e *workshops* para a formação de professores, estudantes e demais membros da comunidade acadêmica no tocante à diversidade e inclusão social com respeito e empatia, garantindo igualdade nas oportunidades das pessoas com deficiência inclusive em adaptações em processos seletivos, quando

necessário.

Nogueira e Oliver (2018), ao analisarem em seu estudo o Programa INCLUIR do Ministério da Educação, os quais foram direcionados a 55 IFES, com Núcleos de Acessibilidade, realizaram entrevistas com coordenadores objetivando saber a atuação do curso de graduação em terapia ocupacional no Programa Incluir.

Os resultados apresentam que apenas três dos 14 cursos ativos possuíam terapeutas ocupacionais como coordenadoras dos Núcleos de acessibilidade. Ficou evidenciada a existência de unidades curriculares específicas voltadas para a tecnologia assistiva na composição curricular de todos os cursos. Ressalta-se que temas como educação e deficiência (em todos os níveis de escolaridade) deveriam fazer parte da formação inicial dos alunos de terapia ocupacional, fazendo com que eles refletissem, juntamente com os docentes, sobre formas de aumentar as contribuições dos terapeutas ocupacionais no processo de inclusão de PcD (Porte; Trindade. v. 14, n 3, p. 11).

O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT, 2007) propõe que a TA tenha característica interdisciplinar, se englobe produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o objetivo promover a participação efetiva das pessoas com deficiência, incapacidades ou de qualquer mobilidade reduzida a adquirir sua autonomia, independência e melhor qualidade de vida.

Segundo Comitê de Ajudas Técnicas (2007):

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2007, p. 2).

No entanto, o conceito de tecnologia assistiva só começou a ser importado pelo o Brasil entre 2006 e 2007. Existem outras definições internacionais acerca do tema que foram incluídas no Brasil de acordo com a categorização das TA apontadas por Nazari e Gomes (2017) dentre elas são:

- Auxílio para a vida diária e prática;
- Comunicação aumentativa e/ou alternativa;
- Recursos de acessibilidade ao computador;
- Sistemas de controle de ambiente;

- Projetos arquitetônicos para acessibilidade;
- Órteses e próteses;
- Adequação de postura;
- Auxílio de mobilidade;
- Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação para pessoas com baixa visão ou cegas;
- Auxílios para ampliação da habilidade auditiva e para autonomia na comunicação de pessoas com *deficit* auditivo, surdez ou surdocegueira;
- Adequação em veículos e em ambientes de acesso ao veículo;
- Esporte e lazer.

Essas TAs são desenvolvidas objetivando tornar a vida da pessoa com deficiência mais fácil e agradável, com alternativas tecnológicas que foram criadas pensando no acesso dessas pessoas às novas tecnologias. Algumas são mais conhecidas na promoção da inclusão da PcD, como as citadas pelos autores Nazari e Gomes (2017):

- **Leitores de tela:** *Softwares* como *JAWS* e *NVDA* que leem em voz alta o texto exibido na tela, facilitando o acesso para pessoas com deficiência visual;
- **Lupas eletrônicas:** dispositivos que ampliam textos e imagens, ajudando pessoas com deficiência visual a visualizar melhor;
- **Teclados adaptados:** teclados especiais com teclas maiores, menos sensíveis ou com *layouts* personalizados para atender às necessidades de pessoas com deficiências motoras;
- **Software de reconhecimento de fala:** programas como *Dragon Naturally Speaking* que permitem controlar o computador e ditar textos por meio de comandos de voz;
- **Dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA):** tecnologias como dispositivos de comunicação por imagem ou texto para ajudar pessoas com dificuldades na fala a se comunicar;

- **Tecnologia de realidade aumentada e virtual:** aplicações que podem ser usadas para criar ambientes simulados que ajudam na reabilitação e no treinamento para pessoas com deficiências;
- **Acessibilidade web:** são ferramentas práticas que garantem que *websites* sejam acessíveis para pessoas com diferentes tipos de deficiências, como o uso de contrastes adequados e navegação por teclado;
- **Dispositivos de mobilidade assistiva:** estes incluem cadeiras de rodas eletrônicas, exoesqueletos e *scooters* para ajudar na locomoção.

Essas tecnologias ajudam a remover barreiras e possibilitar maior participação e autonomia das pessoas com deficiência em diversas áreas da vida. Podemos citar, aqui, alguns exemplos do que seja TA: os materiais escolares e pedagógicos, materiais de comunicação alternativa, os recursos constituídos pelos professores ou adquiridos para acessibilidade ao computador, facilitando, assim, a mobilidade bem como a localização, a sinalização e os mobiliários que assistam as várias necessidades dos estudantes com deficiência.

São inúmeros os métodos tecnológicos que podem ser usados como jogos, brincadeiras, atividades educativas, preparadas com o auxílio da tecnologia e partindo da mediação do educador, isso levará o discente ao desenvolvimento de suas habilidades de raciocínio, concentração e atenção, bem como, o aumento de sua autoestima, melhorando sua capacidade de memorização e, conseqüentemente, de um melhor aprendizado.

Dalva, 2020, propõe a seguinte reflexão a respeito dos recursos tecnológicos no auxílio ao ensino educacional:

Pode-se dizer que ao usar dos recursos tecnológicos para o ensino de conteúdos escolares, o professor dá aos conteúdos uma nova forma de apresentação e fornece aos estudantes recursos que facilitam a aprendizagem, assim como a participação no processo de construção de conhecimento (Dalva, 2020).

Assim sendo, percebemos que a tecnologia é uma ferramenta presente e em constante uso em todos os setores da sociedade, mostra-se como um método atraente e capaz de ajudar a pessoa com deficiência a alcançar excelentes resultados.

Para Galvão Filho (2016), a inclusão tem sido favorecida pelos diversos avanços tecnológicos, sendo estes fatores estruturantes para novas alternativas e formulações pedagógicas, contribuindo na construção e na produção de conhecimentos por meio das TIC e do surgimento de novos recursos para a acessibilidade da TA, os quais possibilitam a superação de obstáculos e barreiras que são decorrentes de implicações motoras, sensoriais ou de comunicação dos discentes que apresentam algum tipo de deficiência.

No exercício de suas funções, os núcleos de acessibilidade devem produzir materiais educacionais, informativos e de comunicação em formatos acessíveis, como *braille*, audiodescrição, legendas, entre outros, para garantir o acesso à informação para todos. Também, promove políticas públicas pertinentes à inclusão e à defesa dos direitos das PcDs, implementando campanhas, mobilizações sociais e participação em fóruns de discussão e tomadas de decisões.

Atualmente, existem alguns aplicativos gratuitos disponíveis no *Google Play* que auxiliam e delegam maior autonomia à pessoa com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. Dentre eles podemos citar:

VLibras – tem o objetivo de traduzir vídeos para Libras ou com legenda em português;

Speechnotes – programa de reconhecimento de fala totalmente *online*, e gratuito. Admite pontuação, permitindo que você programe a pontuação e frase-padrão, assim como, oferece a opção de reconhecimento de fala de outras línguas nativas. Existe também um *App* chamado *Transcriber* para o *WhatsApp*, que é um dos aplicativos de comunicação mais utilizado atualmente. Ele é gratuito para celulares *Android* que converte as mensagens de áudio recebidas via aplicativo em texto.

Outros *apps* também auxiliam na inclusão da pessoa com deficiência, como é o caso do *Hand talk*, que tem como objetivo realizar a tradução de texto e voz para Libras, de modo *online*; o *Be My Eyes* que conecta pessoas videntes (que enxergam) voluntárias com PcDs visuais que necessitam de auxílio para executar uma tarefa cotidiana, como saber a cor da camisa que estão comprando em uma loja, descobrir a marca ou a validade de um produto no supermercado, realizar uma compra *online*. Existe a bengala eletrônica, pernas robóticas, entre outros.

Esses são somente alguns exemplos das diversas ações que podem ser

implementadas para a promoção da inclusão e da garantia de que todas as pessoas tenham oportunidades iguais de participação na sociedade.

Habermas (2007, p.169) aponta para a necessidade de se ter uma rede ágrafa, em que todos os indivíduos estejam conectados, para que, de fato, exista a verdadeira democracia, pois o não reconhecimento de alguns cidadãos resulta numa sociedade incoerente e que não exprime a vontade de todos.

Dessa forma, toda e qualquer ferramenta que venha auxiliar ou permitir que o ser humano realize uma determinada tarefa deve ser entendida como um auxílio para uma deficiência funcional, sabendo-se que não seria possível realizar uma tarefa com a mesma eficiência sem aquele auxílio.

Na próxima seção, iremos descrever a metodologia adotada para realização deste trabalho.

4 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza exploratória com perspectiva de análise qualitativa, descritiva, comumente e amplamente utilizada em diversas áreas de conhecimento, incluindo ciências sociais, psicologia, antropologia, educação, saúde e muitas outras.

Prodanov e Freitas, 2013, “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (p. 70).

Ao nos referirmos à natureza descritiva, salientamos a compreensão dos fenômenos sociais como o comportamento dos indivíduos que foram sujeitos de pesquisa deste trabalho, nos setores do NAC e LAC da Ufal, enfatizando suas ideias, pontos de vista, ações recorrentes, positivas ou negativas, em determinado tempo, local e sua cultura. Preocupa-se mais com a qualidade das informações do que mesmo com a quantidade, busca a exploração das perspectivas, das experiências vivenciadas, dos significados e contextos subentendidos aos fenômenos estudados.

Para Gil, 2002:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que se registra etc.

Envolvendo as relações e valores humanos de determinados grupos sociais, a pesquisa se caracteriza também como exploratória, buscando descrever e interpretar fenômenos sociais complexos em profundidade. Usualmente, seu método se dá por meio de técnicas, tais como: entrevistas abertas, pela observância do participante, por meio da análise de documentos e de conteúdos produzidos acerca da temática.

Nesse sentido, foram utilizados como instrumentos para coleta de dados um roteiro de entrevistas (**APÊNDICE A**) e o registro em caderno de campo, decorrente das visitas no ambiente de uso dos PcDs na universidade. Esse roteiro de entrevista com as perguntas foi aplicado aos três (3) funcionários participantes da entrevista, que

atuam no NAC e no LAC da Ufal. Esclarecemos do que se tratava a pesquisa e eles concordaram em participar das entrevistas, assinando o Registro de Consentimento Livre Esclarecido (RCLE).

Ressaltamos que o projeto de pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Ufal, sob o nº 79015724.1.0000.5013, de protocolo do CAAE (**ANEXO A**) e que só iniciamos a pesquisa com os sujeitos participantes após essa aprovação.

Ainda, com o propósito de colaborar com as discussões sobre as PcDs no contexto da Ciência da Informação e as Bibliotecas Universitárias, também realizamos uma busca na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) com os descritores “PcD” e “Pessoas com Deficiência”, selecionando somente artigos de periódicos publicados entre 2018 e 2024, sendo encontrados dez artigos, nos quais foram feitas considerações sobre os assuntos, também realizamos a busca no Portal de Periódicos da Capes para o mesmo período.

No Portal de Periódicos da Capes, quando utilizamos o descritor “PcD”, foram localizados artigos que estavam relacionados a publicações na área da administração, economia, turismo e saúde. Apesar de serem áreas interdisciplinares da CI, os periódicos nos quais esses artigos foram publicados não fazem parte daqueles da área da Comunicação e Informação, portanto, foram excluídos.

Assim, a base utilizada para realização da pesquisa no que tange as questões de publicações em periódicos científicos foi a BRAPCI, pois conseguimos ter um retorno mais eficiente. Observamos, ainda, que mesmo incluindo o ano de 2024, nenhum artigo foi encontrado, apenas um trabalho apresentado em evento. Desse modo, esperamos que contemple a sequência de publicações sobre o assunto na área da CI.

Ao realizarmos a leitura dos artigos, foi possível identificar, questões pertinentes à acessibilidade nas bibliotecas, sendo assunto recorrente, em especial, nas bibliotecas universitárias.

Dessa forma, selecionamos os trabalhos que mais identidade havia com o corpo da pesquisa, sendo esses apresentados no Quadro 1, ressaltamos mais uma vez que destacamos apenas artigos de periódicos na base da BRAPCI, por entendermos que são publicações de maior relevância para a área da Ciência da

Informação, não sendo analisados publicações apresentadas em eventos da área, como congressos, seminários e outros.

Quadro 1 – Levantamento e Resultado da Pesquisa

Nº	ARTIGO	AUTOR/ES	ANO	DESCRIPTOR
1	Da exclusão ao acesso à educação: o papel da informação na inclusão da PcD na Universidade	Giulianne Monteiro Pereira Marques; Izabel França de Lima	2019	PcD
2	Aprender, ensinar e praticar: a biblioteca escolar como recurso estratégico para inclusão de pessoas com deficiência	Danielle Silva Pinheiro Wellichan; Carla Cristine Tescaro Santos Lino	2020	Pessoas com Deficiências e PcD
3	Exposição econômica acessível: alternativas e limitações nas políticas públicas e na oferta de conteúdos	Erivelto Amarante; Amanda Azevedo; João Miguel	2020	Pessoas com Deficiências
4	Acessibilidade Web dos sites das bibliotecas das Universidades Federais do Estado de Minas Gerais	Marcos de Souza; Fernanda Gomes Almeida	2021	Pessoas com Deficiências
5	Biblioteca Pública de Lagoa Santa e a Agenda 2030: o Projeto Sala Braille como uma iniciativa de inclusão	Jorge Santa Anna; Paula Renata Mariano; Tatiana Soares Brandão	2021	Pessoas com Deficiências
6	O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação na biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual	Ana Cristina de Almeida Costa; Tania Chalhub	2021	Pessoas com Deficiências
7	Acessibilidade em Bibliotecas, no horizonte da Agenda 2030	Michelle Karina Assunção Costa; César dos Santos Moreira; Dalgiza Andrade Oliveira	2021	PcD
8	Novos desafios e novas posturas na gestão de bibliotecas universitárias: uma perspectiva externa para a diversidade de usuários	Michelle Karina Assunção Costa; Dalgiza Andrade Oliveira	2021	PcD
9	Nada sobre nós sem nós”: a tecnologia assistiva e os estudos de usuários das pessoas com deficiência visual nas bibliotecas universitárias	Alejandro de Campos Pinheiro; Dalgiza Andrade Oliveira	2022	Pessoas com Deficiência
10	A inclusão nas bibliotecas universitárias federais do Nordeste do Brasil	Fabiana de Jesus Cerqueira; Theresinha Guimarães Miranda	2022	Pessoas com Deficiência

Fonte: Santos e Araujo, 2024.

No entanto, antes de iniciarmos a análise dos artigos selecionados, foi destacamos um artigo de revisão sobre o assunto, das autoras Fujino e Crivelente (2020), apresentado no Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cenciometria (EBBC), no qual as autoras destacam o período de levantamento sobre o tema, correspondente de 1988 a 2018. Também utilizaram a BRAPCI para realização do levantamento, porém usaram outros descritores, sendo recuperado quanto ao referido período, 451 artigos. No entanto, conforme as autoras destacam “[o] trabalho de duplicação (técnica para eliminar registros duplicados) [que] permitiu compor o *corpus* final consolidado, constituído de 180 artigos” (Fujino; Crivelente, 2020, p. 491).

Deduzimos que as autoras não fazem essa inclusão no trabalho, posto que, em 30 anos, foram produzidos seis artigos por ano sobre o assunto, tendo em vista que as autoras utilizaram diversos descritores retratando as especificidades de PcDs e utilizando, também, a legislação sobre o assunto como descritor (Fujino; Crivelente, 2020).

Dessa forma, as autoras concluíram que “[r]esultados obtidos no estudo bibliométrico da produtividade científica dos pesquisadores da Ciência da Informação sobre PcD revelam que, apesar de crescente quantitativamente, a produção da área ainda é tímida, bastante dispersa entre autores” (Fujino; Crivelente, 2020, p. 494).

Ressalta-se ainda que, deste levantamento e da análise foi publicado um artigo denominado “Estudo sobre a atuação de núcleos de acessibilidade em instituições de ensino superior no Brasil”, no periódico *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Bibliotecas*, em 2024.

O foco desta pesquisa foi realizar esse levantamento na base de dados da CI nacionalmente, não houve nenhuma pesquisa sobre o assunto em bases internacionais, pois nosso foco foi o ambiente universitário no Brasil.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

O NAC da Ufal atua como elo de ligação e compreensão no âmbito da informação e comunicação entre discentes, professores e comunidade acadêmica e rompimentos de barreiras que dificultem a inserção do indivíduo na sociedade.

Juntamente com o LAC/Ufal, Centro de Inclusão Digital (CID/Ufal) e a

Faculdade de Letras (Fale), são ofertados aos discentes com PcDs os seguintes serviços:

- apoio pedagógico ao corpo de servidores/as, PcDs e familiares;
- ações de orientação, apoio, sensibilização e formação voltada à comunidade acadêmica;
- articulação interinstitucional;
- acolhimento de PcD e familiares;
- leitor/a de textos e transcritor/a;
- adaptação de materiais pedagógicos;
- empréstimos de equipamentos de tecnologia assistiva;
- repositório Acessível para pessoas com Deficiência Visual (RAVI);
- apoio ao uso de tecnologias e promoção de cursos;
- tradução e/ou interpretação de Libras

O NAC em conjunto com o LAC deve promover atuações interdisciplinares para a formação de uma equipe multiprofissional de professores de Educação Especial, Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Revisor em Braille, Intérprete de Libras, Especialista em Tecnologia Assistiva, Profissionais de Apoio, Bolsistas de Apoio ao Estudante com Deficiência.

O NAC opera seu atendimento de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h em uma sala localizada no Centro de Interesse Comunitário (CIC), andar térreo. Até o ano desta pesquisa, contava com dois servidores efetivos, sendo um administrador e um como psicólogo. O setor de administração do NAC se localiza na Proest, no prédio da Reitoria da Ufal, andar térreo.

No início de 2024, a Pró-reitoria Estudantil (PRAE), através do NAC inaugurou a Sala de Apoio Thiago Alves Cerqueira D´Almeida (TEA), nome dado em homenagem ao estudante que idealizou o espaço. O TEA funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 21h, e para acessá-la é necessário ser um estudante atendido pelo NAC, de

qualquer curso. Não necessita agendamento prévio, nem precisa se inscrever, basta apenas constar na lista de discentes que são acompanhados pelo NAC.

O LAC/Ufal foi criado Através de uma parceria realizada entre o Sistema de Bibliotecas da Ufal (SIBI), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e o NAC, através da Proest, seguindo a Resolução nº 09/2022-Consuni/Ufal, de 08 de março de 2022, objetivando ampliar e qualificar o acesso à informação às PcDs da universidade, principalmente aos que são usuários das bibliotecas do Sibi/Ufal. Como descreve a Instrução Normativa (IN) nº 05/2018-Proest/Ufal, de 15 de fevereiro de 2018, em seu art. 1º sobre os objetivos do NAC e do LAC:

[...] garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem com sucesso do público-alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação) na universidade, através da remoção de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, digitais, curriculares e/ou pedagógicas, em conformidade com as diretrizes nacionais que orientam a inclusão educacional na Educação Superior (Proest/Ufal, 2018).

Essa mesma IN indica suas atribuições de acordo com seus:

[...] eixos e áreas promovendo o atendimento educacional especializado; ações de respeito às diferenças e direitos da pessoa com deficiência; e com Transtorno do Espectro Autista; Ações de formação para a comunidade acadêmica no tocante à Educação Especial/Inclusiva e ações que visem diminuir ou eliminar as barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, digitais, curriculares e/ou pedagógicas (Proest/Ufal, 2018).

Quanto às competências dos referidos setores, a IN cita que:

Art. 3º Compete ao Núcleo de Acessibilidade o exercício das seguintes atribuições:

- I. Identificar estudantes do público alvo da Educação Especial na Universidade Federal de Alagoas;
- II. Articular ações intersetoriais visando a permanência e o aprendizado do estudante do público alvo da Educação Especial na Universidade Federal de Alagoas;
- III. Acompanhar a vida acadêmica de estudantes do público alvo da Educação Especial e, quando necessário intervir para garantir a permanência e a aprendizagem;
- IV. Oferecer o Atendimento Educacional Especializado;
- V. Identificar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, digitais, atitudinais, curriculares e/ou pedagógicas e intervir institucionalmente para a sua eliminação e/ou minimização;
- VI. Realizar ações para a sensibilização da comunidade universitária no tocante ao respeito às diferenças e aos direitos da pessoa com

deficiência e Transtorno do Espectro Autista;

VII. Realizar ações formativas para a comunidade acadêmica visando melhores condições para a permanência e o aprendizado do estudante do público alvo da Educação Especial;

VIII. Atuar para a aquisição de equipamentos permanentes que garantam a acessibilidade nos diferentes espaços institucionais.

O LAC conta com o apoio de duas bibliotecárias documentalistas e 15 bolsistas ofertados pela Proest/Ufal, ligados a diversos cursos oferecidos pela universidade. Esse setor visa oferecer suporte informacional que seja acessível aos discentes com deficiência visual da universidade, para que consigam desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, seus serviços são ofertados em sala de recursos na Biblioteca Central (BC), andar térreo.

De acordo com o site da Ufal, em 2005, o MEC criou o Programa INCLUIR, objetivando fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais, núcleos responsáveis pela criação de ações institucionais para o desenvolvimento da inclusão de pessoas com deficiência em sua trajetória acadêmica visando, eliminar barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo assim o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, para o desenvolvimento do processo de pesquisa, foi realizado contato com os funcionários dos setores a serem pesquisados para marcação das entrevistas. Ressaltando que, de acordo com esse contato estabelecido, duas entrevistas foram realizadas: uma, no dia 2 de outubro de 2024, e a outra, no dia 9 de outubro do mesmo ano.

As entrevistas foram gravadas em áudio, com as respectivas autorizações dos sujeitos participantes da pesquisa, sendo entregue a eles o RCLE, uma via ficou com os entrevistados e outra com o pesquisador, a ser mantida em sua guarda por um período de, no mínimo cinco anos, conforme preconiza a Resolução nº 510-CNS/CONEP, de 7 de abril de 2016.

Ressaltamos que, no período das entrevistas, os sujeitos participantes demonstraram compromisso de responderem as sete questões de maneira tranquila, sem questionarem o trabalho, ficando o sujeito participante e o pesquisador bem à vontade, inclusive foi providenciado ambiente adequado para a pesquisa.

Como descrito acima, em um primeiro momento foram realizadas duas entrevistas, porém os entrevistados estavam em ambientes diferentes, sem contato físico ou visual entre eles, inclusive sem acústica. Esses dois entrevistados responderam em nome do LAC. Em um segundo momento, foi realizada a terceira entrevista. Dessa vez, o participante respondeu em nome do NAC.

O trabalho apresentado por Marques e Lima (2019) é o resultado de uma pesquisa realizada com “atores sociais” denominados “Pessoas com Deficiências”, por meio de entrevistas sobre a trajetória deles no contexto educacional, que abrange desde a educação básica até sua inserção no ensino superior.

Elas relatam que esses “esses atores” passaram por inúmeras dificuldades ao longo de sua trajetória educacional, entretanto, as questões legais e normativas contribuíram ao longo dos anos para que eles pudessem melhor usufruir de uma educação de qualidade. Elas relatam, ainda, que por meio das informações recebidas, esses atores começaram a entender sobre seus direitos e possibilidades de inserção na sociedade (Marques; Lima, 2019).

Assim, para se manter o anonimato dos entrevistados, adotamos o codinome

Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3.

5.1 RESULTADO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram organizadas em sete perguntas, sendo elaboradas com o objetivo de perceber as impressões dos entrevistados sobre seu trabalho quanto ao atendimento aos usuários PcDs da UFAL e também como estava organizada a estrutura do NAC/LAB.

Para a primeira questão da entrevista, foram apontadas as seguintes percepções dos entrevistados:

1) Como se dá o processo de comunicação entre o NAC/LAC-Ufal com os discentes (PcDs) e com seus professores?

O **Entrevistado 1** explica que existem basicamente três maneiras de se dá essa comunicação: “A primeira, especificamente com os estudantes, é através do *WhatsApp*. Temos *WhatsApp* onde [sic] os estudantes podem fazer solicitação de material ou alguma coisa que tenha relação com o LAC”.

A segunda maneira, ainda conforme o **Entrevistado 1**, é por e-mail (lac@sibi.ufal.br), que pode ser utilizado tanto por professores quanto por alunos, a fim da troca de informações pertinentes à assistência. E a terceira maneira seria através de um formulário, no qual é possível solicitar serviços, tais como: a adaptação de materiais, solicitação de ledores, entre outros.

Seguindo com a mesma indagação supracitada, agora para o **Entrevistado 2**, ele menciona o formulário eletrônico, através do Google, para solicitação de serviços, enfatizando que o formulário é para uso de professores e alunos.

Nesse caso, o **Entrevistado 2** enfatiza que o formulário para os alunos pode ser feito de forma presencial no LAC, bem como por *e-mail* e *whatsapp*.

Todo o início do semestre, geralmente um pouquinho antes do início, a gente encaminha *e-mail* para as coordenações de cursos, lembrando sobre a solicitação dos materiais que precisam ser feitos e

de preferência que eles enviem o material de todo o semestre (Entrevistado 2.)

Ainda, segundo o **Entrevistado 2**, alguns dos materiais que precisam de adaptações são enviados aos poucos, entretanto, há cursos que enviam uma quantidade total do material que será utilizado durante o semestre letivo, incluindo um cronograma de datas a serem utilizados. Dessa forma, as adaptações são realizadas e entregue de acordo com o cronograma que é recebido pelo LAC. Ainda, nas palavras do nosso entrevistado: “Esse envio a gente faz para todas as coordenações, independente se vai ter pessoas com deficiência ou não nesses cursos, porque até aí a gente não sabe quais são os cursos que vai ter, e aí a gente manda para todos”. Além disso, os profissionais se encontram disponíveis por e-mail, telefone e presencialmente para atendimento.

Segundo o **Entrevistado 3**, o NAC passou por uma reestruturação a partir de novembro de 2023. Nessa reestruturação, a Comissão Permanente de Vestibular (Copeve), ao receber os alunos ingressantes faz uma triagem e a envia à Proest com o nome do aluno, seu respectivo e-mail e a listagem por cotas, PcDs ou Necessidades Especiais (NE).

Então, esses dados são repassados para os NACs, tanto para o do *Campus* Aristóteles Calazans Simões (A. C. Simões), quanto para os NACs dos demais *campi*, em uma listagem única, e a partir dela, cada NAC seleciona os discentes que serão atendidos pelo setor e envia para as coordenações do curso, “separa por curso e envia para as coordenações do curso aquela lista e nós temos agora um e-mail padrão que nós enviamos a esses ingressantes”. Existem, também, discentes que não entram por cotas, e eles são invisibilizados pelo sistema para o NAC.

Após esse processo, é realizada uma reunião com os discentes ingressantes. “Nós criamos um comitê, no caso, não o NAC, mas a própria PROEST, [...] Coordenação de Apoio à Qualidade Acadêmica, de Vida Acadêmica”. Então, quando uma pessoa ingressa na Ufal, ela tem as informações do NAC, porém ele possui autonomia de procurar ou não o NAC.

“A gente tem que respeitar isso. Porque há pessoas que, independentemente da sua deficiência ou da sua necessidade, eles já conseguem, por autonomia, se desenvolver”. Enfatiza o **Entrevistado 3**, pois pode acontecer desse discente vir com uma base escolar que já consegue lidar com suas necessidades. Mas, caso o aluno

opte por procurar por atendimento especializado, é feito um agendamento e ele terá o seu primeiro acolhimento.

São em torno de três iniciais, acolhimentos, pode depois vir um retorno e um acompanhamento a cada semestre. Então, esse aluno, nós aqui fizemos um grupo, o NAC hoje é composto por dois psicólogos, dois assistentes sociais e dois pedagogos, no A.C. Simões, que dá apoio aos outros campus [sic]. Nos outros campis [sic], nos demais, não têm esses três níveis profissionais (Entrevistado 3).

Existem também outros profissionais, como: intérprete de Libras, técnicos ou professores que auxiliam nos atendimentos, quando necessário. Escutar o discente, saber das suas necessidades específicas e verificar se ele possui laudo médico indicando sua deficiência. Caso não possua o laudo, ele será encaminhado para rede pública de saúde para que seja analisado e tenha seu laudo emitido, pois a universidade não emite laudos. Assim, o atendimento a esse discente será melhor direcionado.

Há um Plano Educacional Singular, que em outros locais recebe o nome de Plano Educacional Individual, nele, o NAC vai auxiliar as coordenações de cada curso na construção desse plano.

Então a gente está se trabalhando para isso, informando aos professores e mostrando a eles que não é para passar o aluno, porque tinha esse tabu, vocês querem que a gente passe o aluno? Não, não é para você passar o aluno. Ele vai obter pelos méritos dele, ou pode ser reprovado também. Mas o que você vai dar é, dentro das dificuldades dele, condições de aprendizagem (Entrevistado 3).

Existe uma parceria com o Centro de Educação (CEDU) da Ufal, juntamente com uma professora de lá, na tentativa de montar um laboratório de Acolhimento Pedagógico. Para tanto, foram realizados alguns cursos com os servidores do NAC, toda a Proest de todos os *campi* da Ufal.

Outra parceria se dá com Centro de Inclusão Digital (CID) para auxiliar os discentes que não sabem interagir com programas como o *Canva*, *Excel*, que têm dificuldades de acessar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Tanto os discentes bolsistas do LAC, do CID e do NAC têm cursos básicos para atender melhor esse público.

Partindo para a segunda indagação a respeito de:

2) Quais as ações adotadas para garantir a inclusão dos alunos (PcDs) nos âmbitos da informação e comunicação?

O **Entrevistado 1** diz que fazem cursos de formação com seus bolsistas para que eles obtenham conhecimentos na área da acessibilidade “para que quando os estudantes chegarem aqui, os bolsistas sejam capacitados para atendê-los”. De acordo com ele, as adaptações dos materiais são realizadas levando em consideração alguns aspectos específicos como a facilidade de leitura do material, pois o aluno pode solicitar tanto no formato de texto quanto no formato de áudio, a depender da habilidade do aluno, tendo em vista que alguns não têm domínio na informática, daí a necessidade de solicitar em áudio.

Também, ainda de acordo com o **Entrevistado 1**, são feitos empréstimos de material de tecnologia assistiva para um maior acesso à informação e, brevemente, de materiais como lupas eletrônicas, braile, *tablets*, *scanners* com voz.

O **Entrevistado 2**, aponta para a disponibilidade de quatro computadores no LAC a serem utilizados por PcD, recebendo o apoio necessário para seu bom uso. Ele enfatiza que o LAC dispõe de equipamentos de TA para que o discente tenha acesso à informação, pois o objetivo é acessar a informação por inúmeras TA.

Então, os nossos equipamentos que a gente tem é para facilitar esse acesso, por exemplo: a gente tem leitor autônomo, a gente tem lupa eletrônica, a gente tem scanner com voz, e aí qualquer estudante com deficiência visual, por exemplo, pode pegar um livro físico aqui na biblioteca e vem pra cá pra fazer a leitura de seu material, independente de solicitar a adaptação dele (Entrevistado 2).

O processo de adaptação dos materiais solicitados nem sempre é feito de forma rápida, vai depender do tipo de material, se haverá tabelas e/ou imagens para serem descritas. Ressaltando a importância de seguir uma série de padronização da ABNT, regras de audiodescrição, pois esse material acaba sendo institucionalizado.

Ainda, segundo o **Entrevistado 2**, existem legislações autorias que devem ser observadas a fim de que a adaptação do material não infrinja o direito do autor, porque, de certa forma, o material acaba passando por algumas modificações em relação à

sua estrutura e à audiodescrição das imagens, que acabam inserindo conteúdo àquela obra adaptada para PcD. Sendo assim, a TA garante o acesso mais rápido a esses materiais.

De acordo com o **Entrevistado 3**, a Proest tem o Programa Auxílio Apoio Pedagógico (PAAP), que é um canal no *YouTube*, e acontece na última sexta-feira de cada mês, às 14h. são tratados de temas de caráter pedagógico para todos os discentes, sem distinção. Lá, ficam gravados os vídeos para alunos com deficiência e necessidades específicas, e não somente para os discentes, mas para os docentes também acompanharem.

O NAC oferta cursos básicos para os bolsistas de Libras (básico), curso de NVDA, que é uma plataforma de leitura de tela.

No tocante à mobilidade, construíram rampas, pequenas reformas para assegurar o deslocamento da PcD.

Seguindo para nossa próxima indagação:

3) Quais são as dificuldades ou barreiras enfrentadas nesse processo de inclusão?

Nessa questão, o **Entrevistado 1** relata que uma das principais barreiras por eles enfrentadas é a falta de verba adequada à demanda e enfatiza que essa é uma situação corrente em universidades de todo o país. Chama a atenção que, para a aquisição de materiais, é necessário passar por um processo licitatório, como em todas as universidades e, por esse motivo, nem sempre a solicitação de aquisição pode ser atendida naquele momento específico, mas é feito um planejamento para que os materiais sejam adquiridos em tempo suficiente.

Devido a essas questões financeiras, algumas ações que o LAC realiza não alcançam muitas proporções como deveriam, como é o caso de ações voltadas para a conscientização das pessoas sobre a existência desse Laboratório. Mesmo assim, eles conseguem realizar ações desse tipo como é o caso da Semana institucional de pesquisa, tecnologia e inovação na educação básica (Sinpete), na qual são realizadas várias oficinas, minicursos, treinamentos, entre outros. O

Entrevistado 1 destaca a organização dos materiais adaptados, daí a importância do trabalho de conscientização das pessoas.

Se o professor sabe mais ou menos como é que um material bem adaptado funciona, de repente ele não vai necessariamente pedir sempre adaptação do material. Pode ser que ele já tenha o material lá e com pouca coisa ele já consiga entregar para o aluno.

Seguindo com nossa entrevista, e respondendo a mesma indagação, o **Entrevistado 2**, esclarece, sob seu ponto de vista, que a dificuldade na inclusão de uma PcD é falta de divulgação do LAC, pois muitas pessoas, inclusive dentro da própria universidade não tem conhecimento de sua existência. A equipe do LAC planeja, para 2025, um campeonato para tentar divulgar o LAC. Ele ressalta a importância da produção de artigos acadêmicos que divulguem e deem mais visibilidade ao LAC e suas ações. Uma outra barreira sentida é o letramento digital, pessoas com cegueira, por exemplo, não possuem habilidades ao usar o leitor de tela, isso pode ser decorrente dessa deficiência ter sido adquirida no decorrer de suas vidas, impossibilitando-as de se inserirem nas tecnologias.

E uma tecnologia assistiva, ela precisa de um certo letramento digital e aí algumas pessoas realmente têm resistência e aí acaba sendo um processo mais moroso, né? Processo de inclusão, porque aí primeiro a gente tem que fazer a inclusão digital, e aí depois é que elas têm acesso de fato a todas as tecnologias possíveis (Entrevistado 2).

É como um processo de aceitação, sobretudo, para pessoas que têm uma deficiência adquirida, ela passa por processo de adaptação a todos os recursos que são disponibilizados pelo LAC, porém, nessa etapa não depende exclusivamente da equipe do LAC, mas, sobretudo, da iniciativa do discente para aprender a utilizar as tecnologias.

Ao responder a essa indagação, o **Entrevistado 3** aponta que a maior barreira existente é a barreira cultural, comportamento atitudinal dos próprios discentes e da comunidade em si. Situação em que tem que ser trabalhada a informação com as PcDs, seus colegas, professores e técnicos sobre seus direitos e deveres. E, nesse trabalho de informação, o Plano Educacional Singular é de grande auxílio.

E isso é um trabalho de formiguinha. Não estamos perfeitos, mas a gente tá se encaminhando pra equilibrar essa barreira e o principal é a informação, chegar essa informação ao professor, porque às vezes

o professor tem boa vontade, mas ele não sabe, ele fica perdido também, porque nós não tivemos esse treinamento [...] (Entrevistado 3).

Existe a inclusão, ela está aberta para os discentes. Saber como receber esse público com a devida preparação contribui para bons resultados, tendo em vista a alta demanda, e o NAC vem trabalhando constantemente para atendê-la. Quanto às barreiras físicas, para a inclusão da PcD, a parte estrutural é de responsabilidade da Superintendência de Infraestrutura (Sinfra).

No próximo ponto da entrevista, segue a pergunta:

4) Qual apoio o NAC/LAC-Ufal recebe da Universidade?

O **Entrevistado 1** informa que existe uma parceria entre a Prograd e a Proest. Aquela fornece o prédio, cede para o LAC, e há remanejamento de alguns servidores, como é o caso da atual coordenadora, contratada para a biblioteca, mas atua no LAC. Enquanto a Proest, assume o pagamento dos bolsistas, a aquisição de materiais como computadores, *tablets* etc., e é responsável por todo o processo licitatório.

Entrevistado 2 diz que o LAC está vinculado à Prograd, faz parte do Sistema de Bibliotecas e também recebe o apoio da Proest, em relação aos recursos financeiros e humanos, assim como relatou o **Entrevistado 1**, pois os bolsistas são financiados pela Proest.

Para o **Entrevistado 3**, o NAC recebe apoio orçamentário da Proest, pois o NAC integra o organograma da Proest, enquanto em outras universidades o NAC é no Gabinete do Reitor(a). O público de atendimento do NAC é, preferencialmente, o de graduação, porém, caso haja necessidade haverá atendimento aos discentes de pós-graduação também.

O LAC conta com os bolsistas que são cedidos, recebem bolsa pela Proest e a aquisição de materiais assistivos que são destinados ao LAC. **“Tem as deficiências porque a universidade, num todo, ela está passando por uma questão de recursos que não é como nós queríamos. Não é somente da Ufal, é de todas as universidades”** (grifo nosso). Mesmo de forma limitada, a Proest consegue trabalhar com os recursos existentes.

Nossa próxima indagação:

5) Quais tecnologias são utilizadas no processo de inclusão para adaptação desses alunos com deficiência?

Nosso **Entrevistado 1** pontua a questão da adaptação de materiais, para a qual adotam entre outras ferramentas o Google Docs, Word, para edição e correção dos textos. Para a adaptação em áudio, são utilizados o *software* **Bala boca e Falas sintetizadas**.

Por parte dos discentes, eles podem utilizar alguns equipamentos no LAC, como é o caso de *scanner*, leitores autônomos.

Quando o material é enviado e solicitado para a adaptação para PcD, a equipe do LAC tem um prazo de 15 dias úteis para realizar essa adaptação e encaminhar o material a quem solicitou, porém a depender do grau de dificuldade da adaptação, a entrega do material pode ultrapassar um pouco esse prazo. Pode acontecer desse mesmo material solicitado já ter sido adaptado e constar nos arquivos do LAC, então, sua entrega será bem mais rápida.

Ainda, segundo o **Entrevistado 1**, caso o aluno, sendo ele uma pessoa cega ou com baixa visão, tenha o livro com o material solicitado em mãos poderá se dirigir ao LAC e fazer uso das tecnologias disponíveis no setor.

[...] como o scanner, para escanear aquele capítulo que ele quer, o leitor autônomo, que é como se fosse um scanner, só que ele é autônomo, você pode usar sem o computador. o estudante senta aqui numa mesa, usa esse material e pronto. Ou, às vezes, o estudante pode ter autonomia até em casa, porque nós também fazemos empréstimo de materiais (Entrevistado 1)

Dessa forma, pode ser que o aluno nem solicite a adaptação desse livro porque ele conseguirá ler esse o livro em casa com a lupa emprestada pelo LAC, no caso de uma pessoa com baixa visão.

Para o **Entrevistado 2**, como o processo de adaptação é interno, utilizam-se do programa *ABBYY FineReader*, que é um programa que converte documentos digitalizados em *OCR (Optical Character Recognition)*, documentos editáveis, e que podem ser adaptados a partir de então no Google Drive, facilitando o acesso de todos

os bolsistas simultaneamente na edição seguindo a padronização.

Para a audiodescrição de imagens, por exemplo, também, a gente conta muito com o auxílio de inteligência artificial. Lógico que a gente não pode pegar a adaptação que a inteligência artificial faz de forma íntegra, porque a inteligência artificial ela costuma dar juízo de valor à imagem e isso fere as regras de audiodescrição (Entrevistado 2).

Então, é necessário fazer uma adaptação da audiodescrição que foi feita automatizada. Como exemplo, ele cita uma imagem do corpo humano, então, é preciso que o adaptador tenha algum conhecimento na área da saúde para fazer a descrição da imagem a mais próxima do real possível. Por isso, os bolsistas são de vários cursos da universidade o que facilita a comunicação na parte de descrição de imagens.

Nesse ponto, o **Entrevistado 3** relata que dentro das necessidades e dos recursos disponíveis estão conseguindo suprir as demandas, cuja aparelhagem tecnológica é enviada para o LAC, no qual ocorre todas as adaptações solicitadas.

Na próxima indagação, questionamos:

6) Quais ferramentas (aparelhos tecnológicos) que o NAC/LAC-Ufal ainda necessita para a adaptação de materiais para inclusão do aluno no processo pedagógico da universidade?

Na concepção do **Entrevistado 1**, a tecnologia é um campo que está sempre em evolução, portanto, não é possível dizer que o LAC tem tudo que é necessário, “não porque necessariamente falte, mas é porque, devido à acelerada evolução da tecnologia no campo da acessibilidade, muitas vezes podem surgir equipamentos assim que podem fazer uma grande diferença”. O entrevistado revela, ainda, o desejo de realizar um sonho, juntamente com a coordenadora, de terem um laboratório que seja voltado para a produção de materiais em 3D.

Percebe-se também a carência de mais materiais para empréstimos, como lupas, *scanners* e outras tecnologias que possam ampliar os empréstimos e também para uso local.

Na concepção do **Entrevistado 2**, no que diz respeito à adaptação de

materiais, o ideal seria que eles tivessem uma licença ao programa Word que é um *software* de processamento de textos da Microsoft e permite criar e editar documentos, pois quando se trata de adaptar materiais das áreas exatas, encontra-se muita dificuldade em realizá-las no Drive por ter algumas limitações na adaptação.

O **Entrevistado 3** chama a atenção para uma rede solidária de auxílio a estudantes com deficiência, chamada **MobiUfal**. Nela, os bolsistas atuam de forma direta com os alunos que possuem baixa visão e cegueira, para que eles possam se deslocar na Ufal. “[...] **por exemplo, aí nós temos um grupo no WhatsApp, aí a pessoa que está lá dentro do grupo faz, eu sou fulano e eu preciso me deslocar da biblioteca até a Proest**” (grifo nosso). O bolsista lhe informa que está a caminho e leva o estudante até o destino solicitado.

Avançando para nossa última indagação aos entrevistados, temos:

7) São oferecidos cursos preparatórios específicos e atualizações aos colaboradores para o atendimento adequado à pessoa com deficiência?

O **Entrevistado 1** diz que são feitas periodicamente cursos de formação dos bolsistas sobre a utilização de equipamentos, os materiais adaptados e a adaptação dos próximos materiais.

Recentemente, por exemplo, eu produzi um tutorial para conversão de material em áudio, A coordenadora fez a adaptação do nosso manual de adaptações. Então, nós estamos sempre procurando melhorar os documentos que a gente tem aqui, que norteiam o trabalho dos nossos bolsistas. E, paralelamente a isso, temos uma parceria com a Rede Rebeca (Entrevistado 1).

Essa rede de compartilhamento de material adaptado que é utilizada por diversas universidades no Brasil – Rebeca – está sempre ofertando cursos ou treinamentos e o LAC também está junto ofertando e fazendo esses treinamentos.

O **Entrevistado 2** afirma que, ao menos uma vez por ano, realizam treinamentos com os bolsistas. A cada entrada de novos bolsistas, estes também passam pelos mesmos treinamentos.

[...] o treinamento é sobre o processo de adaptação, a padronização do material, eles antes de assumir as atividades no LAC, eles precisam

fazer um curso online sobre audiodescrição. A gente incentiva também, sempre que vem curso, a gente incentiva que eles participem. Eles têm tido muita aceitação em relação a isso, [...] Melhorar a qualidade do trabalho (Entrevistado 2).

Ainda sobre os equipamentos do LAC, todos os bolsistas devem passar por treinamentos de uso desses equipamentos para quando chegarem as demandas ou alguém solicitar auxílio, eles possam estar preparados para ambas as situações.

As autoras Wellihan e Lino (2020) relatam, em seu artigo, a experiência no contexto da realização de práticas educacionais por meio de um minicurso ofertado em uma escola no interior de São Paulo do ensino fundamental I, coordenado pela biblioteca da escola, sendo apresentado um minicurso que teve como tema “Conhecer, entender e respeitar a deficiência”, oportunizando a comunidade escolar a participar das discussões e atividades apresentadas sobre o assunto, sendo essas:

hora do conto, exposições (materiais existentes na biblioteca e no acervo local sobre o assunto e trabalhos desenvolvidos ao longo do mês no curso), exibição de filmes sobre a temática com roda de conversa com especialistas (psicóloga e coordenadora de ciclo do colégio) e com PcDs (familiares de alunos e da comunidade escolar), oficina de desenho, blocos de montar e dinâmica de vivência com deficiência (Wellihan; Lino, p.146).

Segundo as autoras, é fundamental a contribuição da biblioteca escolar, no sentido de prestar esclarecimentos a respeito do tema, e também auxiliar na inclusão da PcD no ambiente escolar.

O **Entrevistado 3** confirma, como os demais entrevistados nesta pesquisa, que há sim cursos preparatórios e atualizações de cursos ofertados aos colaboradores do LAC e do NAC da Ufal, com destaque para o curso de audiodescrição, apesar de transmitir apenas a parte básica do curso, pois, segundo o **Entrevistado 3**, tudo é básico porque os cursos são curtos, mas os bolsistas conseguem ter uma boa noção de cada curso.

Após os resultados das entrevistas, passamos por compatibilizar a luz da literatura pesquisada no trabalho.

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente pesquisa nos leva a repensar sobre algumas questões importantes,

dentre elas, a de que, no Brasil, a questão da inclusão da pessoa com deficiência está longe de atingir o resultado ideal, porém não é por falta de leis, pois existem inúmeras, mas sim, pela ausência de um maior comprometimento de todos, seja o Estado, as universidades e, principalmente, a sociedade, pois ainda há um longo caminho a ser percorrido na perspectiva de alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária.

O roteiro de entrevista utilizado se mostrou um instrumento bastante eficaz para a coleta de dados, principalmente por permitir investigar, por meio dos relatos orais, o fenômeno da inclusão da PcD na universidade.

Projetos que procuram desenvolver atividades relacionadas à Agenda 2030, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estão presentes na área da CI, com isso, as questões relativas aos PcDs são o foco de pesquisadores e profissionais bibliotecários. É o que os autores Anna, Mariano e Brandão (2021) apresentam sobre o “Projeto Sala Braille da Biblioteca Pública de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais”.

Costa e Chalhub (2021) também trazem à tona as questões relativas aos PcDs cegos, em especial no ambiente escolar, refletindo sobre o papel do bibliotecário em colaborar na indicação de tecnologias que visem contribuir para inserção desses PcD. Para tal, as autoras realizam um levantamento da literatura na área da Ciência da Informação, mais especificamente na BRAPCI. Sobre o assunto, resultando na identificação de “*softwares gratuitos-NonVisual Desktop Access (NVDA), Dosvox, Macdayse, leitor de tela Jaws, Lupa, produção de livros digitais*”, esses *softwares* podem ser utilizados nas bibliotecas escolares, permitindo a inserção das PcDs cegas no ambiente escolar.

Nos relatos colhidos nas entrevistas realizada para esse estudo, foi possível, constatar por meio de exemplos apontados pelos próprios entrevistados, que há um processo de comunicação, informação e tecnologia entre o NAC, o LAC, colaboradores e as pessoas que necessitam de suas contribuições para aprimorar e garantir a sua acessibilidade aos projetos pedagógicos e a universidade como um todo.

O Núcleo e o Laboratório de acessibilidade promovem cursos de formação e atualização, como medidas de garantir a preparação das pessoas que atenderão a PcD. Assim, pode-se garantir que esses setores estejam familiarizados e aptos a lidar

com as tecnologias ofertadas, garantindo um acesso mais rápido aos conteúdos adaptados já existentes através da TA.

Pois, para Silva Júnior, Lopes e Silva e Carvalho (2023), “as Tecnologias Assistivas (TA) que contribuíram para o desenvolvimento e formação das pessoas com deficiência.”

Fernandes e Rocha (2023) ao realizarem um levantamento na literatura sobre “tecnologias Assistivas” tendo como objetivo propor dentre essas tecnologias aquela que melhor se adequam à necessidade das PcDs. Os autores explicitam as diferentes tecnologias para os diferentes tipos de PcDs e, para chegarem a um instrumento adequado, eles realizaram etapas específicas, em especial, o uso de taxonomias, ou seja, dividindo por tipo de necessidades do PcD e as tecnologias existentes. Para tal, os autores chegam a um experimento que lhes permitem testar o resultado da pesquisa.

Ressalta-se a opção de iniciar a taxonomia subordinando o termo *software* ao termo Tecnologia Assistiva considerando a possibilidade de expansão futura para contemplar outros tipos de Tecnologia Assistiva, por exemplo, metodologias. Feita a taxonomia, considerou-se necessário validá-la, a partir da implementação e de testes no Repositório TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio (Fernandes; Rocha, 2023, p.19).

Percebemos que não é uma tarefa fácil quando se procura adequar as novas tecnologias as necessidades dos PcDs, pois a análise tem que ser adequada a cada tipo de especificidade dos usuários.

Em se tratando das universidades públicas essas barreiras ainda são mais visíveis.

As barreiras impostas à pessoa com deficiência é uma realidade visível e comprometedora à liberdade de autonomia desses discentes. Porém, esse problema não atinge apenas à PcD, mas as universidades em geral, pois a limitação de recursos inibe a aplicação em equipamentos e materiais que possam beneficiar os discentes com aquisições de materiais e reformas necessárias.

Para Salton, Agnol e Turcati (2017, p. 11), a “acessibilidade é oferecer possibilidades de quebrar barreiras que existem na sociedade, permitindo

que todos participem dos diversos âmbitos sociais”.

Contudo, a universidade na qual realizamos a pesquisa, segundo os entrevistados, mostra-se aberta a diálogos e para suprir as necessidades dos discentes e do NAC e LAC na medida em que seus recursos financeiros permitirem.

A Proest, por exemplo, assume o pagamento dos bolsistas e da aquisição de materiais solicitados através de processos licitatórios, além de oferecer atendimento e apoio aos alunos e professores que a procuram. A presença das TIC é fator fundamental para promoção das ações desenvolvidas por estes setores e para a autonomia dos discentes com deficiência, pois o processo de adaptação é delicado e tem que seguir normas e regras a fim de não ferir nenhum direito autoral dos autores das obras.

Contudo, existe um processo de negação e aceitação do discente com deficiência e, por vezes, de familiares em aceitar ajuda ou auxílio por parte da universidade e dos núcleos de apoio, então, sugere-se a aplicação e efetivação de estudos que visem identificar as relações entre a efetividade da inclusão e o comprometimento da universidade, da família e da sociedade, custeando intervenções que objetivem desenvolver ações dirigidas ao discente com deficiência e às famílias para a promoção da inclusão na sociedade em geral.

Para Taylor (1994), “a negação do reconhecimento não corresponde somente a uma demonstração de desrespeito, pois ela tem uma consequência grave que é a de diminuir a capacidade que a pessoa, ou grupo de pessoas, que é objeto dessa negação, tem de construir sua autoestima”.

Esses resultados reafirmam a relevância de políticas inclusivas e de práticas pedagógicas e sociais alinhadas aos princípios da equidade e do respeito à diversidade, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), apesar de persistirem lacunas significativas, como escassez de recursos financeiros, mobilidade, tecnológicas, elas indicam a necessidade de rever ações de políticas públicas, preconizar maior acessibilidade e autonomia à PcD para que seus direitos sejam respeitados, assegurados e garantidos. Ressaltando que, além de direitos, a PcD tem deveres como todo cidadão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da questão-problema do nosso trabalho: quais as ações de comunicação e informação desenvolvidas pelo NAC e pelo LAC para promover a inclusão de pessoas com deficiência no sistema pedagógico da Universidade Federal de Alagoas? E sendo traçado o objetivo geral, qual seja: caracterizar as ações metodológicas de comunicação e informação quanto à inclusão da PcD no projeto pedagógico da universidade, bem como os objetivos específicos, quais foram:

- Identificar as ações adotadas pelo NAC e LAC para inclusão dos alunos nos âmbitos informacionais e de comunicação;
- identificar as barreiras existentes no processo de inclusão e humanização da pessoa com deficiência na Ufal;
- analisar a presença e utilização das TIC no NAC e no LAC.

Destaca-se, portanto, que tanto a questão-problema quanto os objetivos (geral e específicos) foram alcançados de maneira satisfatória neste trabalho, contribuindo para o conhecimento científico e acadêmico.

Desta feita, por meio da pesquisa, foi possível demonstrar como a universidade lida o acesso dos alunos com deficiência ao ingressarem na universidade.

As ações metodológicas adotadas pela universidade no que tange à inclusão dos PcDs estão diretamente relacionadas às atividades empregadas no NAC e no LAC. Vimos que, ao longo do percurso do tempo, as pesquisas foram aumentando no sentido de especificar as tecnologias, trazendo contribuições às discussões acerca do uso das tecnologias para a inclusão de PcDs no acesso ao ambiente informacional que pode ser de forma virtual ou presencial.

Sendo identificadas ações adotadas pelo **Núcleo** e pelo **Laboratório** de acessibilidade que atuam na comunicação e na informação dos alunos com deficiência, tanto com os alunos veteranos quanto com os recém-chegados na universidade.

Apontamos as barreiras que dificultam o processo de inclusão desses

discentes, bem como as dificuldades enfrentadas pelo núcleo e pelo laboratório de acessibilidade da Ufal, e quais as formas que são utilizadas para superá-las.

Percebemos a presença da utilização das TIC e o quanto elas auxiliam no trabalho dos discentes bolsistas e no processo de adaptação de materiais para as PcDs, viabilizando seus estudos e dando-lhes maior autonomia e autoconfiança para realizar suas tarefas.

Destaca-se, aqui, uma reflexão de que a inclusão não é apenas um desafio técnico, mas uma questão ética e social e que exige ações imediatas e sustentadas. Em um possível estudo futuro, poderemos aprofundar aspectos ainda mais relevantes sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência em IFES, visando a contribuição para a ampliação do conhecimento e a implementação de práticas mais inclusivas à PcD.

Outro ponto relevante sobre os trabalhos apresentados, em especial os dos autores Andrade, Alves e Silva (2023) e Silva e Sá (2023), eles contemplam a questão de acessibilidade não no contexto de PcDs, mas em relação à exclusão social de características específicas de um determinado público, quais sejam, os que compõem a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais (LGBTQTIA+) e as pessoas que possuam problemas de saúde, demonstrando que as deficiências não se caracterizam apenas no que está posto na legislação, mas também de outros aspectos de vulnerabilidade das pessoas, em diversos segmentos sociais.

A inclusão de pessoas com deficiência nas universidades representa um avanço significativo no contexto da democratização do ensino superior e na promoção da garantia de direitos humanos fundamentais.

Esta pesquisa buscou compreender alguns desafios, avanços e perspectivas relacionados ao processo de inclusão da PcD, analisando políticas institucionais, práticas e metodologias pedagógicas, barreiras e tecnologias que promovem a transformação da realidade do aluno com deficiência.

O papel das universidades é gerar conhecimento, mudar a realidade de seus acadêmicos, diminuir as desigualdades entre eles. São esforços contínuos e integrados que envolvem gestores, docentes, técnicos administrativos e os próprios discentes. Para tanto, faz-se necessário investir em formação de profissionais, ampliar

recursos de acessibilidade, desenvolver políticas de permanência estudantil mais eficazes para garantir condições equitativas.

Destacamos os esforços feitos pelo Núcleo e pelo Laboratório de acessibilidade, como também de seus colaboradores e bolsistas do LAC da Universidade Federal de Alagoas em acolher, informar, incluir e manter às PcDs na universidade de maneira a proporcionar-lhes autonomia, independência e autoconfiança em si mesmos, enquanto acadêmicos e para a sociedade em geral.

Para a construção deste trabalho, enfrentamos algumas dificuldades, como o agendamento das entrevistas, pois alguns participantes tinham outros compromissos, chocando assim horários e datas, o que gerou conflitos de horários e datas; o deslocamento do autor para a UFAL, devido o mesmo residir em uma cidade do interior da Alagoas; a impossibilidade de acesso ao setor físico do NAC, localizado no Centro de Interesse Comunitário (CIC), no campus da universidade; e também do período de greve das universidades públicas, pois houve um atraso na liberação do parecer do CEP/UFAL, para que pudéssemos dar início as entrevistas.

Em síntese, pretendeu-se, com esse trabalho, promover a conscientização acerca da inclusão da PcD e da importância da acessibilidade e da igualdade de oportunidades para todos os seres humanos.

Destaca-se aqui a importância das ações realizadas pelos Núcleo de Acessibilidade e Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas, bem como no enfrentamento às barreiras sociais, culturais e estruturais que ainda existem, propondo soluções práticas para garantir que PcDs possam participar plenamente da vida acadêmica e social.

Superar essas barreiras é fundamental para promover a inclusão e garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam participar plenamente da sociedade.

A diversidade tem suma importância, e a inclusão da pessoa com deficiência apenas enriquece o ambiente social e profissional da vida de todos nós.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Diogo Roberto da Silva; ALVES, Ana Paula Meneses; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. O conhecimento alternativo da Biblioteca Universal Guei contra a injustiça epistêmica na literatura brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 52, n.1, p.104-114, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6095>. Acesso em: 23 out. 2024.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. *In*: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.
- ANNA, Jorge Santa; MARIANO, Paula Renata; BRANDÃO, T.S. Biblioteca pública de Lagoa Santa e a Agenda 2030: o projeto sala braille como uma iniciativa de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 17 p. 1-28, 2021. Disponível: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1421/1247>. Acesso em: 23 out. 2024.
- ARAÚJO, Simoneide. Proest faz pesquisa para identificar estudantes pais, mães e PcD: esse levantamento vai contribuir para o desenvolvimento de políticas institucionais inclusivas na Ufal. [*Online*], **Notícias, Ufal**, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/estudante/noticias/2024/4/proest-faz-pesquisa-para-identificar-estudantes-pais-maes-e-pcd>. Acesso em: 20 out. 2024.
- ASSEMBLEIA Geral da ONU. **Declaração Universal dos direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-1948.pdf/view>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15610-2/2012**: Televisão Digital Terrestre - Acessibilidade. Rio de Janeiro, p. 1-13. 2012. Disponível em: <https://antigo.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/54575a4e-7fb8-4fcc-8a18-626d7d173e34.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5410/2004**: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro, p. 1-2. 2004. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/jeangaldino/disciplinas/2015.1/instalacoes-eletricas/nbr-5410>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. p. 162.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077/1993**: Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, p. 1-2. 2001. Disponível em:

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%ADcios-2001.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

AZEVEDO, Amanda; AMARANTE, Erivelto; MIGUEL, João. Exibição econômica acessível: alternativas e limitações nas políticas públicas e na oferta de conteúdos. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 23, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/66241/36256>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Conade**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conade/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-conade>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 20 dez. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador**: Programa Incluir-Acessibilidade na Educação Superior. Brasília, Secadi, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/documento_orientador_programa_incluir.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências,

para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

CERQUEIRA, Fabiana de Jesus; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão nas bibliotecas universitárias federais do Nordeste do Brasil. **RISC – Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, p. 1-21, 2022. DOI: 10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27829. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27829/15736>. Acesso em: 16 out. 2024.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007 do Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), 2007. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em 26 dez. 2022.

COSTA, Ana Cristina de Almeida; CHALHUB, Tanis. O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação em biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual. **Biblioteca Escolar em Revista**, Pará, v. 7, n. 2, p.1-16, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/184665>. Acesso em: 23 out. 2024.

COSTA, Michelle Karina Assunção; MOREIRA, César dos Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Acessibilidade em bibliotecas, no horizonte da agenda 2030. **Revista Folha de Rosto**, v. 7, n. 3, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/169981>. Acesso em: 15 out. 2024.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Novos desafios e novas posturas na gestão de bibliotecas universitárias: uma perspectiva panorâmica para a diversidade de usuários. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 2, n. 4, p. 1-5, 16 abr. 2021.

COSTA, Neli. **Escola inclusiva: para quem?** São Paulo: Dialética, 2022.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-** escolhendo entre cinco abordagens. Tradução de Sandra Malman da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUTRA, Claudia Pereira. Política pública de educação especial. **Revista Aprendizagem**, Pinhais, n. 8, p. 28, set./out. 2008.

Disability History Museum. Disponível em <https://www.disabilitymuseum.org/dhm/about/about.html>. Acesso em 10 abr. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. São Paulo: Artmed, 2008.

FREIRE, Isa Maria. Barreiras na comunicação da informação tecnológica. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, p. 51-54, jan./jun. 1991. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/416/416>. Acesso em: 22 dez. 2023.

FUJINO, Asa; CRIVELENTE, Mariana. Produção Científica sobre PcD na Ciência da Informação. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 7, 2020, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2020. p. 489-494.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. *In*: GOMES, Cristina (org.). **Discriminação e racismo nas Américas**: um problema de justiça, equidade e direitos humanos. Curitiba: CRV, 2016. p. 305-321. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/DI_tecnologias.htm. Acesso em: 05 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver. Blog Deficiente Ciente – incluir e respeitar. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/acessibilidade-inclusao-social-e-desenho-universal-tudo-a-ver-2.html>. Acesso em: 16 abr. 2024.

GOMES, Alan de Albuquerque et al. **O acesso ao trabalho digno como fator de inclusão social das pessoas com deficiência**. 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22330/1/AlandeAlbuquerqueGomes_Dissert.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

GONÇALVES, Arlete Marinho. **Núcleo de acessibilidade no ensino superior**: práticas inclusivas com alunos com deficiência e transtornos funcionais específicos. Curitiba: Appris, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HAZARD, Damian; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; REZENDE, André Luiz Andrade.

Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros. Brasília: UNESCO, 2007. p. 73.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160012>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MARQUES, Giulianne Monteiro Pereira; LIMA, Izabel França de. Da exclusão ao acesso à educação. **Informação em Pauta**, v. 4, n. especial, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125460>. Acesso em: 15 out. 2024.

MARQUES, Giulianne Monteiro Pereira; LIMA, Izabel França de. Da exclusão ao acesso à educação: o papel da informação na inclusão do PcD na universidade. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Fortaleza, v. 4, n. especial, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4iEspecial.2019.42612.152-175v>.

MARTINS, Dalva Alves Pereira. Tecnologia e inclusão do deficiente intelectual. **Iniciação & Formação Docente**, v. 7, n. 3, p. 3. 2020.

MELO, A. V. C.; ARAUJO, E. A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, ago. 2007. p. 187. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/yvPSN6Lc7VFcsqqLJWH8TrF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. **Núcleos de Acessibilidade nas Universidades:** reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 57-66, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TtbzYNgRQZqGJ7whtCJLR9f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2022.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de *et al.*. Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA): desafios e perspectivas na colaboração do acesso à informação às pessoas com deficiência visual no Brasil. **RICI – Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, jan.-abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42463/33459>. Acesso em: 03 dez. 2024.

NAZARI, Ana Clara Gomes; NAZARI, Juliano; GOMES, Maria Aldair. Tecnologia Assistiva (TA): do conceito a legislação—discutindo a TA enquanto política de educação inclusiva que contribui na formação e inclusão de pessoas com deficiência. In: **V CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR E ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**. 2017. p. 1-16. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/tecnologia_assistiva_ta_-_do_conceito_a_legislacao.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

PINHEIRO, Alexandre Lobo *et al.*. Teses e dissertações relacionadas às pessoas com deficiência na área de ciência da informação no Brasil de 2000 a 2018.

Encontros Bibli, Florianópolis, v. 25, p. 01-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e64899/41938>. Acesso em: 02 mar. 2024.

PORTE, Marcelo de Santana; TRINDADE, José Damião Rocha. Barreiras tecnológicas: um fator limitador na acessibilidade das pessoas com deficiência. **Texto Livre**, v. 14, n. 3, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/32563/28129>. Acesso em: 02 mar. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Daniel Ferreira dos *et al.* As universidades sustentáveis e o processo de inclusão de PcD: pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 9, n. 3, p. 494-511, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/11334>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 19-23, 2005. Disponível em: <https://www.apabb.org.br/noticias/inclusao-o-paradigma-do-seculo-21-1182.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SCHNEIDER, Laíno Alberto. Acessibilidade e políticas públicas. *In*: Universidade Luterana do Brasil (org.). **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: IBPEX, 2009.

SANTOS, Djalba Joaquim dos; ARAUJO, Nelma Camelo de. O estudo sobre a atuação de núcleos de acessibilidade em instituições de ensino superior no Brasil. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 23-35, 2024. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/62296/34412>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Ana Lúcia Ramos da; SÁ, Maria Irene da Fonseca e. Uma pessoa ostomizada como pessoa com deficiência: um estudo sobre a comunicação humanizada no serviço público de saúde. **Revista Fontes Documentais**, Salvador, v. 06, 2023, Edição Especial: MEDINFOR VI. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/60251/32106>. Acesso em: 15 out. 2024.

SOUZA, Marcos de; ALMEIDA, Fernanda Gomes. Acessibilidade web dos sites das bibliotecas das universidades federais do estado de minas gerais. **RDBCI – Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 19, 2021, p. 1-28.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8666922/27525>.

Acesso em: 23 out. 2024.

SUAIDEN, Emir José. Inclusão social. **Inclusão social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 5, out./mar. 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/issue/view/119>. Acesso em 15 dez. 2023.

SULKES, Stephen B. Deficiência intelectual. **Manual DSM Versão para Profissionais de Saúde**. 2018. Disponível em:

<https://www.msmanuals.com/pt/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/defici%C3%Aancia-intelectual>. Acesso em: 09 ago. de 2024.

TAYLOR, Charles. The Politics of Recognition. *In: Multiculturalism: examining the politics of recognition*. New Jersey: Princeton, 1994. p. 25. Disponível em:

http://elplandehiram.org/documentos/JoustingNYC/Politics_of_Recognition.pdf.

Acesso em 10 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria Estudantil. **Acessibilidade**. Instrução Normativa nº 05/2018/Proest, de 15 de fevereiro de 2018. [*online*]. Maceió: Ufal, 2018. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/instrucoes-normativas/acessibilidade>. Acesso em: 20 mar. 2024.

WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; LINO, Carla Cristine Tesaro Santos.

Aprender, ensinar e praticar: a biblioteca escolar como recurso estratégico para inclusão de pessoas com deficiência. **Revista Bibliomar**, São Luís, v.19, n. 1, p. 141-158, jan./jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13865/7705>.

Acesso em: 18 out. 2024.

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro de entrevista

- Como se dá o processo de comunicação entre NAC/LAC-Ufal com os discentes com deficiências (PcDs) e com os seus professores?
- Quais as ações adotadas para garantir a inclusão dos alunos com deficiências (PcDs) nos âmbitos da informação e comunicação?
- Quais são as dificuldades ou barreiras enfrentadas nesse processo de inclusão?
- Qual apoio o NAC/LAC-Ufal recebem da universidade?
- Quais tecnologias são utilizadas no processo de inclusão para a adaptação desses alunos com deficiência?
- Quais ferramentas (aparelhos tecnológicos) que o NAC/LAC-Ufal ainda necessitam para a adaptação de materiais para inclusão do aluno no processo pedagógico da universidade?
- São oferecidos cursos preparatórios específicos e atualizações aos colaboradores para o atendimento adequado à pessoa com deficiência?

ANEXO

Anexo A – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE/LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (NAC/LAC-UFAL) PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PcDs).

Pesquisador: Djalba Joaquim dos Santos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79015724.1.0000.5013

Instituição Proponente: INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.011.977

Apresentação do Projeto:

Os Núcleos de Acessibilidade e de Inclusão surgiram com a finalidade de reorganizar, coordenar e executar ações que assegurem a inclusão de pessoas com deficiência à vida profissional e acadêmica. Partindo do princípio da igualdade social, essa dissertação tem como problemática a ser respondida a seguinte indagação: quais as ações de comunicação e informação desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade e o Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas (NAC/LAC/UFAL) para promover a inclusão de pessoas com deficiência no sistema pedagógico da UFAL. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral, compreender as ações metodológicas de comunicação e informação quanto a inclusão de PcDs no projeto pedagógico da UFAL. Para tentarmos alcançar este objetivo faremos uso dos objetivos específicos: a) Identificar as ações adotadas pelo NAC para inclusão dos alunos nos âmbitos informacionais e de comunicação; b) Identificar as barreiras existentes de informação e comunicação para a humanização da inclusão; c) Analisar a presença e utilização das TICs no NAC/LAC. A pesquisa trata de uma abordagem qualitativa de natureza descritiva exploratória e serão utilizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelos setores, visitas de campo, pesquisas documentais concomitantemente a revisão bibliográfica com o objetivo de proporcionar a pesquisa a maior veracidade possível dos fatos e resultados a serem obtidos.

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

Continuação do Parecer: 7.011.977

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as ações metodológicas de comunicação e informação quanto a inclusão de PcDs no projeto pedagógico da UFAL

Objetivo Secundário:

- Identificar as ações adotadas pelo NAC para inclusão dos alunos nos âmbitos informacionais e de comunicação;
- Identificar as barreiras existentes de informação e comunicação para a humanização da inclusão;
- Analisar a presença e utilização das TICs no NAC/LAC.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis incômodos e riscos são: cansaço, constrangimento, desconforto, estresse ou aborrecimento ao responder às perguntas e quebra de confidencialidade; para minimizar tais riscos, seu nome não será apresentado nos resultados da pesquisa, para garantir a condição de anonimato, sigilo e confidencialidade sem qualquer registro de informações pessoais que permitam identificar o participante da pesquisa. Além disso, o participante poderá solicitar encerramento da entrevista no momento que desejar e caso se sinta desconfortável, a qualquer momento, a entrevista poderá ser interrompida. O pesquisador se mostrará apto a prestar todos os esclarecimentos que se façam necessários, caso ainda assim o participante se sentir desconfortável, o pesquisador encerrará a entrevista.

Benefícios:

o resultado final da pesquisa será repassado aos mesmos por meio de roda de conversa ou contato direto com cada participante e será discutido a viabilidade de publicização dos resultados em meio acadêmico, dentre eles: periódicos, dissertação, tese, congressos e outros.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Neste trabalho partiremos de uma abordagem qualitativa de natureza descritiva exploratória, sabendo-se que a pesquisa se baseará na observação de um problema já existente, buscando encontrar melhorias para o objeto de pesquisa o qual irá tratar sobre "Atuação do NAC/LAC/UFAL e suas ações para a inclusão de Pessoas com Deficiências na UFAL". Segundo FLICK, 2008, esse tipo de pesquisa relaciona-se a análises de casos concretos em suas

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, n°1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
 UF: AL Município: MACEIO
 Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br

Continuação do Parecer: 7.011.977

peculiaridades locais e temporais.

Tal abordagem fará com que o autor, no uso de linguagem textual, interprete e apresente com maior segurança e veracidade os resultados a serem obtidos afim de sanar partindo do princípio da igualdade social, quais as ações de comunicação e informação desenvolvidas pelo NAC/LAC/UFAL para promover a inclusão de pessoas com deficiência no sistema pedagógico da UFAL?

Inicialmente, este estudo se fundamentará através de pesquisas documentais, pois é um tipo de pesquisa que se utiliza de fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente, tratando com informações coletadas através da leitura de documentos oficiais como: leis, decretos, portarias que sejam pertinentes ao assunto abordado e a ações no tocante à inclusão de PcDs tendo como foco o Núcleo de Acessibilidade e o Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas (NAC/LAC/UFAL), assim objetivamos compreender com maior exatidão as ações metodológicas de comunicação e informação quanto a inclusão de PcDs no projeto pedagógico da UFAL.

A abordagem qualitativa-descritiva exploratória, de acordo com Creswell (2014), trata-se de uma abordagem voltada para exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Nesse sentido, o pesquisador passa a compreender melhor o fenômeno pesquisado adentrando em seu universo. Com o intuito de identificar, por meio de visitação inspecionada de campo e através de entrevistas que serão previamente estruturadas, obter assim, uma melhor compreensão e uma análise sucinta das ações metodológicas e tecnológicas empregadas pelo NAC/LAC/UFAL para inserção e melhorias referentes a informação e a comunicação entre os órgãos e os discentes PcD da Ufal.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na nova versão, foram apresentados:

- DECLARACAO_DE_INFRAESTRUTURA.pdf
- JUSTIFICATIVA_DE_AMOSTRA.pdf
- RCLE_assinadomodificado.pdf
- CARTA_RESPOSTA.pdf
- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2318721.pdf

Recomendações:

Ver 'Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações'

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 7.011.977

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Título da Pesquisa: ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE/LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (NAC/LAC-UFAL) PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PcDs).

Pesquisador Responsável: Djalba Joaquim dos Santos

Relator: Considerando as modificações apresentadas na carta resposta, projeto APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo Aprovado

Prezado (a) Pesquisador (a), lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S.^a deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL**



Continuação do Parecer: 7.011.977

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2316721.pdf	06/08/2024 19:58:26		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	06/08/2024 19:57:19	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Outros	RCLE_assinadomodificado.pdf	06/08/2024 19:56:36	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Outros	JUSTIFICATIVA_DE_AMOSTRA.pdf	06/08/2024 19:54:59	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_DE_INFRAESTRUTURA.pdf	06/08/2024 19:53:56	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADO.docx	09/04/2024 06:57:59	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Brochura Pesquisa	BROCHURA.docx	09/04/2024 06:45:42	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	09/04/2024 06:42:31	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	09/04/2024 06:39:41	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO.pdf	03/04/2024 12:58:54	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	03/04/2024 12:58:34	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.docx	03/04/2024 12:57:57	Djalba Joaquim dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MACEIO, 16 de Agosto de 2024

Assinado por:
Carlos Arthur Cardoso Almeida
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br